

relatório e contas

2020



mais que um banco

Nossa Visão

Nossa visão é clara e emocionante, é desafiadora e alcançável. Nossa visão é simples.

Ser o Banco Africano mais respeitado do mundo

Nossa Missão

Definir padrões para práticas de negócio sustentáveis que estimulam e libertam o talento dos nossos colaboradores e agregam valor superior para os nossos clientes e proporcionam soluções inovadoras para os mercados e comunidades que servimos

Nossos Valores

Excelência
Inovação
Liderança
Paixão pelos Clientes
Profissionalismo
Colaboradores Autônomos

Contextualização

Líder no ranking dos bancos africanos em número de clientes – 49 milhões – o Grupo Access Bank começou a operar em Moçambique em Setembro de 2020. Dez anos depois da sua última entrada num novo mercado, Moçambique foi o país escolhido para o início de uma nova fase na expansão do Grupo, justificada pela, cada vez maior, importância de Moçambique no panorama africano. O Access Bank Moçambique pretende, assim, contribuir para o crescimento exponencial do país nos próximos anos, tentando criar bases financeiras sustentáveis que melhorem a vida dos moçambicanos.

O Access Bank é um banco comercial universal que opera uma rede de mais de 650 balcões, com presença em 13 países e três continentes. Tem mais de 28 mil colaboradores nas suas operações na Nigéria, Reino Unido, Gambia, Zambia, Kenya, Ruanda, Congo, Serra Leoa, Gana e Moçambique. Possui ainda escritórios de representação na China, Líbano, Índia e Emirados Árabes Unidos.

'**Mais que um Banco**' foi o slogan adoptado para Moçambique, evidenciando a ambição de fazer mais e melhor, apresentando-se como o parceiro certo para cada cliente, mas também como um parceiro de relevo para o país. Apoiado na elevada experiência que tem nos sectores do *Oil & Gas*, bem como na maior rede de retalho de África, o Access Bank Moçambique veio fortalecer o sistema financeiro nacional. Pretende actuar em todos os segmentos de clientes, com destaque para banca de Retalho e de Negócios nos vários sectores de relevância para economia Moçambicana.

Mensagem do Administrador Delegado

O Access Bank começou a operar em Moçambique em Setembro de 2020, num contexto de grandes desafios. Num ano em que a pandemia do novo coronavírus se transformou numa emergência à escala global, com efeitos devastadores para a vida das pessoas. A Covid-19 afectou todas as áreas da economia mundial. Moçambique e África não foram excepção. Mas somos um Banco resiliente, gostamos de transformar desafios em oportunidades. Oportunidades para repensar, reinventar e identificar novas formas de fazer negócio, sempre a pensar nos clientes.

No mesmo ano em que lançámos o Access Bank em Moçambique, anunciámos também, praticamente em simultâneo, a assinatura da proposta de aquisição do BancABC e conseqüente fusão das duas instituições. Queremos continuar a crescer. O ano de 2020 não deixou, por isso, de ser para nós um ano marcante e que auspiciava um futuro promissor.

Ainda agora iniciámos a nossa jornada no país, mas estamos certos do caminho que queremos percorrer. Um caminho feito de sucessos com os melhores profissionais. As nossas equipas são maioritariamente moçambicanas, porque acreditamos em Moçambique e nas competências dos moçambicanos.

O Access Bank tem uma visão global e aposta fortemente na bancarização e na inclusão financeira para chegar a todos os clientes, através da oferta de produtos inovadores e serviços de excelência. O nosso objectivo é estar em todo o país.

Queremos também ajudar os nossos clientes a realizar os seus maiores sonhos e projectos. Por isso, adoptámos o slogan 'Mais que um Banco', para mostrar que estamos dispostos a fazer mais do que a banca tradicional.

A experiência acumulada que o Grupo apresenta também nos sectores do Petróleo e Gás, e o facto de ser o Banco com maior número de clientes em África são, certamente, um grande contributo para o sector financeiro moçambicano. Somos um Banco ambicioso, com pretensões de expansão para todo o continente.

O Access Bank Moçambique orienta-se pelas melhores práticas, exercendo fortes políticas de compliance. Com o know-how do Grupo, a facilidade de acesso a mercados internacionais e uma equipa de profissionais altamente qualificados e experientes, o Access Bank apresenta-se como um parceiro estratégico de referência para as empresas e instituições público-privadas moçambicanas, bem como para as empresas internacionais que queiram investir no país. O objectivo é participar e contribuir, de forma activa, para o desenvolvimento sustentável de Moçambique. É esse o nosso compromisso.

Não posso deixar, também, de reconhecer e agradecer todo o empenho e profissionalismo dos colaboradores Access Bank, desde a primeira hora. Uma equipa que diariamente contribui, de forma dedicada, para o sucesso do Banco, prestando os melhores e mais inovadores serviços aos nossos clientes. Quero congratular, igualmente, todos os nossos clientes e parceiros pelo voto de confiança e pelo apoio incondicional que nos têm manifestado neste percurso rumo ao sucesso.

O meu obrigado a todos!



Marco Abalroado
Administrador Delegado

A nossa identidade

Com Moçambique, o Access Bank pretende reforçar o seu *statement* de visão de **ser o Banco Africano mais respeitado do mundo** e uma porta de entrada do continente africano para o mundo. Somos um banco ambicioso que aposta na liderança, na excelência, na inovação e no profissionalismo, enquanto valores de uma identidade muito própria, alicerçada na paixão pelos clientes e em colaboradores autónomos.

Tem como missão definir padrões para práticas de negócio sustentáveis que estimulem e libertem o talento dos colaboradores, acrescentando valor para os clientes e proporcionando soluções inovadoras para os mercados e comunidades que serve.

Marcos em 2020

- ◆ O Access Bank Moçambique obteve, em Fevereiro de 2020, o registo especial oficial do Banco Central para operar como entidade financeira.
- ◆ Em Setembro do mesmo ano começou a operar em Moçambique, abrindo ao público a sua primeira agência, na Rua dos Desportistas, em Maputo.
- ◆ Ainda em Setembro, o Access Bank Moçambique anunciou o processo de proposta de aquisição do BancABC. Quando este processo for finalizado, espera-se que o banco reforce os seus rácios regulamentares e financeiros, resultando numa estrutura de capital mais robusta que suportará um crescimento sustentável, assegurando que os clientes acumulam benefícios por fazerem parte de um dos maiores grupos financeiros do continente Africano.
- ◆ Em Dezembro de 2020, o Access Bank Moçambique foi o primeiro banco no país a associar-se à Euronet – a nova operadora do sistema informático da Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO).

Responsabilidade Social

O Access Bank Moçambique é um banco socialmente responsável e ambientalmente consciente. O empoderamento das mulheres, a capacitação dos jovens e a defesa do meio ambiente estão no topo das suas preocupações do ponto de vista da responsabilidade social.

Comprometido com Moçambique e com os moçambicanos, o banco aposta na promoção dos valores sócio-culturais nacionais. Em Dezembro, juntou-se à iniciativa 'Sopa Solidária', da MAKOBO, uma plataforma social que tem como estratégia construir um

serviço social de base alternativo para a inserção e formação de indivíduos em situações de extrema pobreza. A MAKOBO promove, em simultâneo, acções no âmbito do combate à desnutrição crónica e ao analfabetismo. Assim, no dia 12 de Dezembro, a equipa do Access Bank Moçambique juntou-se à MAKOBO para a preparação e distribuição de sopas. Ao todo foram confeccionadas 1.050 sopas, distribuídas depois por pessoas carenciadas nas zonas de Hulene, Marracuene, Desportivo, Polana Caniço e Costa do Sol.

Áreas de Negócio

Unidade de Negócio	Abordagem estratégica	Cobertura de produtos
Banca Corporativa	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Alargar a base de clientes e aprofundar a releção existente por meio de uma colaboração reforçada; ◆ Alinhar recursos e cobertura em sectores prioritários e corredores comerciais; ◆ Foco na Cadeia de Valor Empresarial para impulsionar rendimentos não capitalizados e passivos; ◆ Alavancar a nossa rede para fazer crescer a nossa plataforma comercial impulsionando mais vendas cruzadas. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Soluções de financiamento comercial (. Crédito documentário, etc.); ◆ Soluções de gestão de liquidez; ◆ Vendas de Tesouraria (swaps, forwards, FX, Margem financeira, etc.); ◆ Empréstimos e Liquidez.
Banca de Negócios	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Fazer crescer a nossa franquia centrada no cliente no seio das âncoras da Banca de Corporativas; ◆ Melhorar a nossa proposta de valor para as PME's através do desenvolvimento de sectores específicos; ◆ Alancar o foco em receitas para a rentabilidade por cliente (adoptar uma abordagem orientada para sustentabilidade) ◆ Personalizar as ofertas de forma competitiva, tendo em conta as tendências do mercado 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Soluções de gestão de liquidez; ◆ Vendas de Tesouraria (swaps, forwards, FX, Margem financeira, etc.); ◆ Empréstimos e soluções para gaps liquidez; ◆ Cartões e eBanking.
Banca de retalho	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Desenvolver uma Preposição de Valor virada aos colaboradores dos clientes corporativos e Comerciais; ◆ Intensificar o marketing e a comunicação para aumentar as bases de clientes e depósitos; ◆ Organizar campanhas de mobilização de depósitos e activação de contas direccionadas; ◆ Acelerar a adopção dos produtos bancários electrónicos. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Banca pessoal e directa; ◆ Produtos do activo e do passivo; ◆ Remessas e diáspora (Access Africa, Western Union, etc.); ◆ Cartão e eBanking (PoS, ATM, Mobile App, etc.)

Sala de Mercados

Venda e negociação cambial	Receita fixa e Trading	Receita Líquida dos Fundos do banco (NRFF)
<ul style="list-style-type: none"> ◆ Incrementar a quota de mercado com exportadores, importadores e organizações internacionais. ◆ Desenvolver as vendas de FX com empresas locais por meio do uso da técnica dinâmica de cross selling (vendas cruzadas). ◆ Aumentar as linhas com bancos correspondentes para apoiar transações comerciais. ◆ Implantar swaps e outros produtos de <i>hedge</i>. ◆ Criar mais volumes por meio de <i>spreads</i> menores no mercado ◆ Assegurar a domiciliação de contratos, principalmente aqueles que são provedores de entradas de divisas. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ parcerias entre o banco e seguradoras, fundos de pensões. ◆ Construir carteira de Títulos do Governo adequada e diversificada de acordo com as demandas do mercado e apetite de risco; ◆ Garantir limites adequados com os principais bancos locais; ◆ Melhorar a inteligência de mercado e relacionamento com os principais contactos do mercado financeiro; ◆ Aumentar nossas receitas de fixed income sales (venda de títulos a terceiros) por meio da mobilização de depósitos e aproveitar as oportunidades do mercado. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Focar em Trade Finance, créditos de curto prazo; ◆ Garantir uma boa diversificação do portfólio com maior foco em activos de maior qualidade e spread médio; ◆ Continuar a otimização do balanço; ◆ Reavaliar activos lucrativos para melhorar a margem de juros líquida; ◆ Garantir liquidez adequada e gestão de divisas; ◆ Assegurar uma fonte de financiamento de depósitos mais diversificada para reduzir o nível de concentração de ambas as moedas.

Também em Dezembro, uma equipa do Access Bank visitou a Escola Primária dos Pequenos Libombos com o objectivo de oferecer presentes de Natal à 70 crianças que frequentam aquele estabelecimento de ensino. A acção resultou de uma campanha interna do Banco de recolha de brinquedos que envolveu todos colaboradores. No âmbito da sua responsabilidade social, o Banco não ficou também alheio à tragédia humanitária que se vive em Cabo Delgado, contribuindo com uma doação.

Ambiente macroeconómico global

A economia global foi significativamente afectada pelas restrições impostas pelo novo Coronavírus, principalmente com o começo do grande confinamento. O impacto da pandemia da COVID 19 foi mais severa do que o da crise económica-financeira de 2007/2008. Embora nem todos os países tenham apresentado números definitivos, a China deverá ser o único país com desempenho positivo em 2020. Segundo o fundo monetário internacional, o PIB global de 2020 deverá situar-se em - 5% uma recessão fundamentalmente causada pelos efeitos severos da pandemia do Coronavírus.

De acordo com dados do Banco Mundial, a COVID-19 causou uma recessão global cujo impacto foi superado apenas pelas duas guerras mundiais e a grande depressão em 1929. Embora a actividade económica global esteja a crescer novamente, não é provável que volte aos níveis habituais num futuro próximo. A pandemia causou uma severa perda de vidas, e deve infligir cicatrizes que empurram a actividade e a renda para bem abaixo da sua tendência pré-pandémica por um período prolongado.

A recuperação incipiente foi inicialmente apoiada por uma flexibilização parcial de confinamentos rigorosos. Várias medidas restritivas foram reintroduzidas, no entanto, a COVID-19 continuou a espalhar-se em todo mundo. Algumas áreas experimentaram um ressurgimento acentuado de infeções e novos casos diários permanecem altos.

No entanto, a China, que lidera o grupo das economias emergentes, deu um importante contributo na retoma do comércio global, que começou a se recuperar em Junho com o alívio do confinamento, apoiado por uma forte aceleração da demanda externa por equipamentos médicos e para equipamentos de apoio a mudança para o trabalho remoto e também com suporte particular de gastos com infraestruturas.

Segundo o FMI, a economia global poderá voltar a crescer em 2021 com uma projecção de 5.4%. Os mercados emergentes e as economias em desenvolvimento também devem traçar caminhos de recuperação divergentes.

O FMI verificou ainda que a pandemia reverteu o progresso feito na redução da pobreza nas últimas duas décadas. Quase 90 milhões de pessoas provavelmente ficaram abaixo do limiar de extrema pobreza durante 2020. Em todas as regiões, a vulnerabilidade, a estrutura económica e as tendências de crescimento pré- crise, junto com a gravidade da pandemia e o tamanho da resposta política para combater a recessão, moldam os perfis de recuperação.

Ambiente macroeconómico doméstico

Actividade Económica

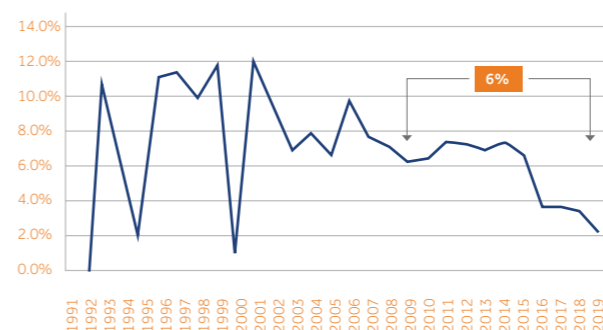
Numa fase em que o mundo é afectado pela pandemia de COVID-19, Moçambique não é excepção, sendo igualmente um alvo dos efeitos negativos da crise gerada pela pandemia. No último trimestre de 2020, a economia moçambicana contraiu em cerca de 2,37%, tendo apresentado uma contração anual de cerca de 1,28%. Este comportamento da economia é mesmo explicado pela redução do fluxo da actividade económica, incluindo as limitações do funcionamento das empresas e redução das exportações por conta das restrições verificadas no mercado internacional.

Como ilustra a tabela abaixo, os sectores que mais contribuíram para a queda da actividade económica no último quarto do ano, foram os mais afectados pela crise gerada pela COVID19, nomeadamente, Indústria de Extração Mineira (-0,84%), Transportes, Armazenagem, Informação e Comunicações (0,79%), Hotéis e Restaurantes (-0,35%), entre outros. Importa referir que Administração Pública também apresentou uma performance negativa visto que as receitas estatais reduziram com o resultado da redução da colecta dos impostos que serviriam para coadjuvar o funcionamento das actividades públicas. Entretanto, de uma forma geral, nos últimos 10 anos, Moçambique veio apresentado uma taxa média de crescimento de aproximadamente 6%, realçando os últimos 6 anos, período no qual o desempenho desacelerou.

Descrição	Contrib (%)
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	2.54
Bebidas alcoólicas e tabaco	0.07
Vestuário e calçado	0.23
Habituação, água, electric, gás e outros comb.	0.01
Mobiliário, e outros artigos equiv.	0.21
Saúde	0.00
Transportes	0.25
Comunicações	-0.02
Lazer, recreação e cultura	-0.02
Educação	-0.27
Restaurantes, hotéis, cafés e similares	0.55
Bens e serviços diversos	-0.02
Total	3.52

Fonte: INE

Produto interno bruto

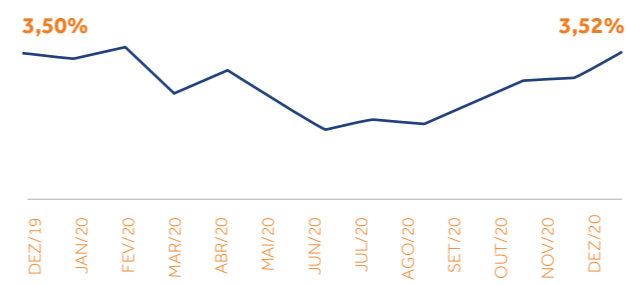


Fonte: INE

Inflação

A inflação vem acelerando cada vez mais. Isto é explicado pela escassez no lado da oferta por conta dos choques advindos da pandemia. A depreciação do metical que se verificou ao longo do ano de 2020 contribuiu igualmente para a aceleração da inflação anual que se situou em 3,52%, ao passo que no período homólogo anterior foi de 3,50%. A categoria que mais contribuiu para a inflação foi a de Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas com cerca de 2,54%.

Inflação Anual (%)



Fonte: INE

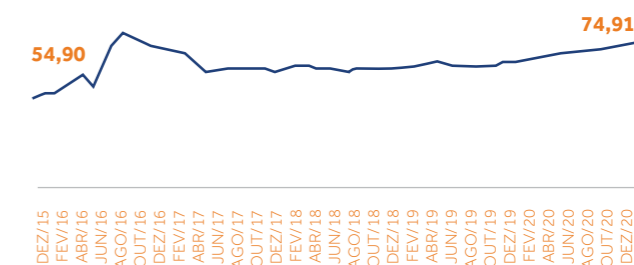
Sector	Variação IV Tri.(%)
Agricultura	0.21
Pescas	0.03
Ind. Extraç. Mineira	-0.84
Industria Transformadora	-0.11
Electricidade Gaz e Água	-0.14
Construção	-0.08
Comércio e Serv. Reparação	-0.19
Hotéis e Restaurantes	-0.35
Trans., Armaz. e Info. e Com.	-0.79
Serviços Financeiros	-0.11
Administração Publica	-0.44
PIB a preços de mercado	-2.37

Fonte: INE

Taxa de Câmbio

O metical manteve uma tendência de depreciação ao longo do ano de 2020, por conta da pressão verificada no mercado cambial caracterizada por uma escassez de divisas.

USD/MZN

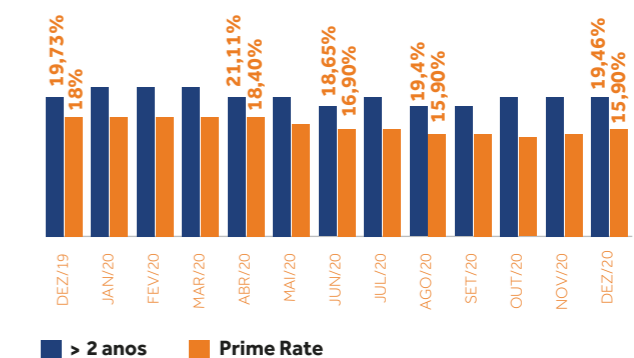


Fonte: Banco de Mocambique

Taxa de Juro

As taxas de juro ao longo do ano de 2020 apresentaram uma tendência de redução, como resultado das intervenções levadas a cabo pelo Banco de Moçambique com vista a fazer face aos efeitos provocados pela pandemia, na tentativa de reduzir o custo de capital das empresas servindo de alívio inerente a estrutura de custos das mesmas. A taxa máxima de prime rate ao longo do ano foi verificada em Abril, de cerca de 18,40%, com as intervenções do Banco Central, a prime rate situou-se em 15,90% no último mês do ano. E como ilustra o gráfico, a taxa de empréstimo com maturidade acima de dois anos foi também acompanhando a tendência da Prime Rate.

Taxa de Juros



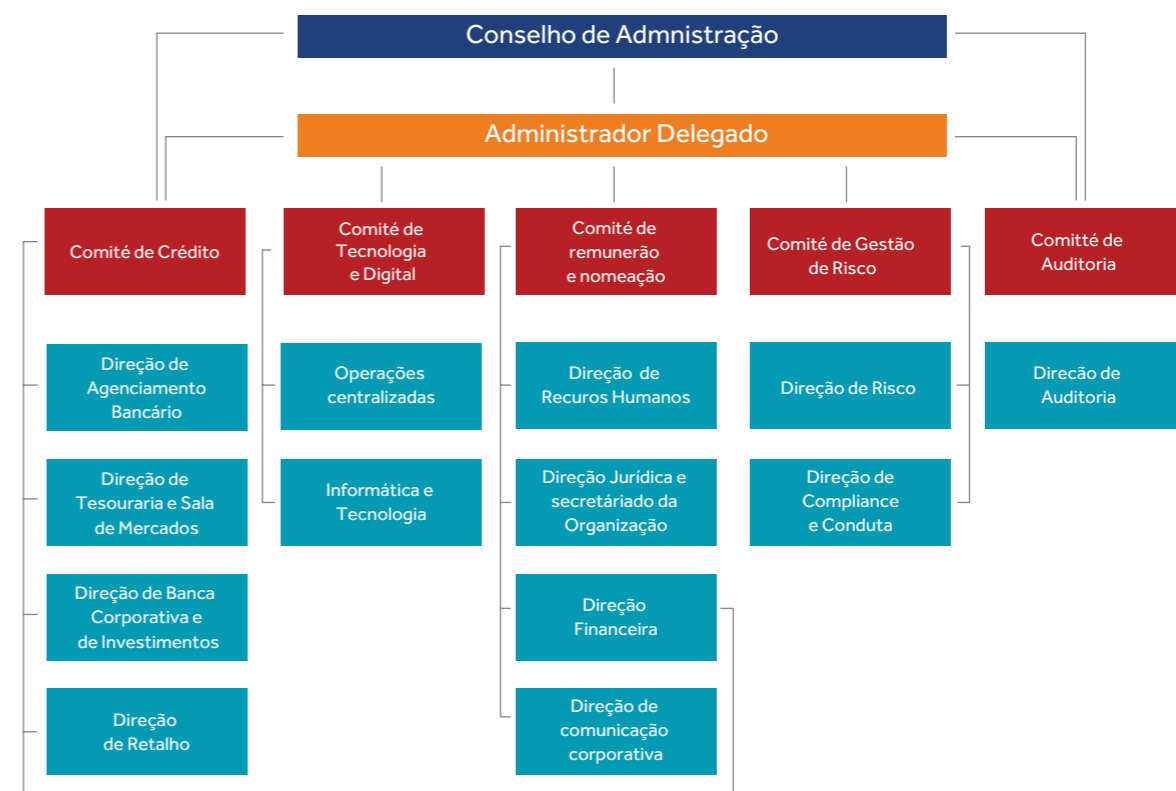
Fonte: Banco de Mocambique

Evolução de indicadores financeiros

Em '000 MZN

Balanco	2020	2019	Var
Activo total	2 788 966	2 441 784	12%
Crédito a clientes	41 073	-	100%
Recursos de clientes	144 415	-	100%
Recursos de Outras Instituições de Crédito	-	-	0%
Aplicações em Instituições de Crédito	637 193	1 785 456	-180%
Crédito a clientes (Liq) Recursos de cliente	28%	0%	100%
Resultados			
Resultado Líquido	1 206	(112 306)	9412%
Margem Financeira	4 976	12 213	-145%
Produto Bancário	336 423	10 096	97%
Custos Operacionais	(334 747)	(122 402)	63%
Activo por imposto diferido	293	-	100%
Rendibilidade			
Produto Bancário / Activo Líquido médio	7,85%	0,41%	95%
Rendibilidade do Activo Médio	0,05%	-4,60%	10309%
Resultados antes do imposto / capitais próprios médios	0,07%	-4,82%	6831%
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	0,05%	-4,82%	9417%
Qualidade do Crédito			
Imparidade do Crédito (balanço) / Crédito a clientes	0	0	0%
Non-performing loans / Crédito a clientes	0	0	0%
Rácios de Eficiência			
Custos Operacionais / Produto Bancário	-100%	-1212%	-1118%
Custos Administrativos / Produto Bancário	-35%	-504%	-1346%
Custo com pessoal / Produto Bancário	-53%	-687%	-1190%
Capital			
Rácio de solvabilidade	112%	116%	-4%
Fundos próprios regulamentares	2 139 258	2 401 942	-12%
Capital social	2 450 000	2 450 000	0%
Risco de crédito	1 909 919	2 068 035	-8%
Colaboradores			
Actividade de Moçambique	70	39	51%
Actividade Internacional	0	0	0%

Organograma do Access Bank Mozambique



Relatório dos Administradores

Declaração de responsabilidade dos administradores

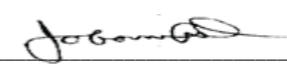
Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras anuais do Access Bank Mozambique, S.A., que compreendem a demonstração da posição financeira, em 31 de Dezembro de 2020, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das variações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa do exercício findo nessa data, assim como as notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um resumo das políticas contabilísticas e outras notas explicativas significativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

As responsabilidades dos administradores incluem criar, implementar e manter controlos internos relevantes para a preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras livres de distorções materiais, seja devido a fraude ou erro; seleccionar e aplicar políticas contabilísticas apropriadas; e efectuar estimativas contabilísticas razoáveis e adequadas às circunstâncias. Os administradores são igualmente responsáveis por manter registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de riscos eficaz.

Os administradores procederam a uma avaliação da capacidade de o Banco continuar a operar com a devida observância do pressuposto da continuidade, não tendo constatado motivos para não acreditar que o Banco continuará a operar segundo esse pressuposto no próximo ano.

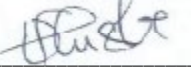
Aprovação das demonstrações financeiras anuais

As demonstrações financeiras do Access Bank Mozambique, S.A. foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de Março de 2021 e vão assinadas em seu nome por:


 Gregory Ovie Jobome
 Presidente do Conselho de Administração


 Oludolapo Ogundimu
 Administrador Não Executivo


 Marco Abalroado
 Administrador Delegado


 Abraham Aziege
 Administrador Não Executivo



Relatório do auditor independente

Aos Accionistas do Access Bank Mozambique, S.A.

A nossa opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Access Bank Mozambique, S.A. (o Banco) em 31 de Dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa no ano então findo, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

O que auditámos

As demonstrações financeiras do Access Bank Mozambique, S.A., apresentadas nas páginas 6 a 50, que compreendem:

- A demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2020;
- A demonstração do rendimento integral para o exercício então findo;
- A demonstração de fluxos de caixa para o exercício então findo;
- A demonstração das variações no capital próprio para o exercício então findo;
- As notas às demonstrações financeiras que incluem um sumário das políticas contabilísticas significativas.

Base para a opinião

Executámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas neste relatório na secção *Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras*.

Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Independência

Somos independentes do Banco de acordo com o Código de Ética (incluindo as normas internacionais de independência) do *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e outros requisitos de independência aplicáveis à execução de auditorias de demonstrações financeiras em Moçambique. Cumprimos com as restantes responsabilidades éticas de harmonia com o Código de Ética do IESBA e com os outros requisitos éticos aplicáveis à execução de auditorias em Moçambique.

Outra informação

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação abrange "Declaração de responsabilidade dos administradores", que obtivemos antes da data deste relatório de auditoria, e o "Relatório do Administrador Delegado" que se espera que nos seja disponibilizado após esta data. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras nem o nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou outra forma de segurança sobre a mesma.

A nossa responsabilidade em conexão com a nossa auditoria às demonstrações financeiras consiste na leitura da outra informação acima identificada e, ao fazê-lo, considerar até que ponto a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, ou com o entendimento que obtivemos na auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho que efectuámos na outra informação, que obtivemos antes da data deste relatório de auditoria, concluirmos que existe uma distorção material na outra informação é-nos exigido que reportemos tal facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade do Conselho de Administração e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e pelo controlo interno que o Conselho de Administração determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras que estejam isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

Quando prepara as demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade do Banco prosseguir em continuidade, divulgando, conforme aplicável, os assuntos relativos à continuidade, e por usar o pressuposto da continuidade, a não ser que o Conselho de Administração tencione liquidar o Banco, ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devida a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de fiabilidade mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida em conformidade com as ISAs detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ser originadas por fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou agregadas, for razoavelmente expectável que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais, mantemos cepticismo profissional e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material proveniente de fraude é maior do que aquele que provém de erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco.

- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas adoptadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso do pressuposto da continuidade pelo Conselho de Administração e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Banco continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações incluídas nas demonstrações financeiras ou modificar a nossa opinião se tais divulgações forem inadequadas. As nossas conclusões baseiam-se na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria, porém, futuros eventos ou condições podem causar que o Banco descontinue as operações.

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se estas reproduzem as transacções e eventos subjacentes de modo a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos aos encarregados da governação, entre outros assuntos, o plano do âmbito e calendário da auditoria, as constatações relevantes da auditoria, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno por nós identificadas durante a nossa auditoria.

PricewaterhouseCoopers, Lda.
Sociedade de Auditores Certificados 11/SAC/OCAM/2014,
representada por:

José Azevedo
Auditor Certificado 10/CA/OCAM/2012
Maputo, 31 de Março de 2021



a vida é feita de sonhos

e agora tens um banco que te ajuda a realizá-los

Um banco inovador, com todos os produtos e serviços financeiros desenhados por quem sabe o que precisas para alcançares os teus sonhos.

Para mais informações dirige-te à agência sede ou liga para 800724724 ou envia e-mail para contactcenter.moz@accessbankplc.com

<http://mozambique.accessbankplc.com>



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas do Access Bank Mozambique, S.A.

Na qualidade de fiscal único do Access Bank Mozambique, S.A., uma sociedade anónima de direito moçambicano, com o capital social de 2 450 000 milhares de Meticais (Dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil milhares de Meticais), matriculada junto da Conservatória de Registo das Entidades Legais, sob o número 101068919 (um, zero, um, zero, seis, oito, nove, um, nove), e titular do número único de identificação tributária (NUIT) 400938636, cumpre dar o parecer sobre o balanço e contas da referida sociedade referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, bem como sobre o relatório da administração da sociedade referente ao mesmo exercício, documentos estes que nos foram apresentados pela respectiva administração.

Relatório

O Fiscal Único e signatário do presente parecer, acompanhou com regularidade e extensão considerada razoável para as circunstâncias a evolução do Banco e procedeu aos exames, apreciações, verificações da regularidade dos seus registos e observância das normas e regulamentos aplicáveis com base na informação prestada pelo Conselho de Administração, de natureza contabilística, financeira e de gestão do risco, bem como a informação fornecida pelos Auditores Externos, tendo, sempre que solicitado, merecida a colaboração do Conselho de Administração do Banco.

O Fiscal Único efectuou reuniões com a administração e demais direções do Banco de modo a acompanhar as respectivas actividades e avaliar a adequabilidade e eficácia dos sistemas de controlo interno do Banco.

O Fiscal único examinou o Balanço do Banco e a Demonstração de Resultados referentes ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2020, e conclui que as mesmas apresentam-se de forma apropriada e satisfazem os requisitos legais, assim como contêm as menções obrigatórias, deles contando todos os elementos indispensáveis.

O activo total líquido do Banco e os seus capitais próprios, foram calculados conforme as regras estabelecidas nas Normas Internacionais de Relato Financeiro e demais regulamentos aplicáveis à actividade bancária, totalizando respectivamente 2 788 966 milhares de Meticais (Dois milhões, setecentos e oitenta e oito mil, novecentos e sessenta e seis milhares de Meticais) e 2 330 018 milhares de Meticais (Dois milhões, trezentos e trinta mil, dezoito milhares de Meticais) o que representa um aumento de 14.2% nos activos e um aumento nos capitais próprios de 0.05%.

Os resultados líquidos do Banco atingiram 1 207 milhares de Meticais (Mil e duzentos e sete milhares de Meticais) notando-se um crescimento substancial comparativamente ao prejuízo do anterior que eram 112 305 milhares Meticais (Cento e doze mil, trezentos e cinco milhares de Meticais).

O Fiscal Único apreciou, de igual modo, o Relatório dos Auditores Externos, PricewaterhouseCoopers, relativo às demonstrações financeiras do Access Bank Mozambique, S.A. referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 cujo âmbito de auditoria e a opinião expressa mereceu a sua concordância.

Parecer

Face ao exposto acima, o fiscal único considera que as demonstrações financeiras e o relatório de Conselho de Administração, assim como a proposta de aplicação de resultados do exercício findo em 31 de Dezembro 2020, estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e demais disposições legais, estatutárias aplicáveis, pelo que recomenda a sua aprovação em Assembleia Geral dos Acionistas.

Maputo, 30 de Março de 2021

(Assinado por Zacaria Fakir em representação da Deloitte & Touche (Moçambique), Lda)
Na qualidade de Fiscal Único do Access Bank Mozambique, S.A.

Demonstração da posição financeira

Em '000 MZN

Activos	Nota	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Caixa e equivalentes de caixa	10	1 122 455	242 585
Aplicações em Instituições de crédito	11	637 193	1 785 456
Investimento em títulos	12	98 638	-
Empréstimos e adiantamentos à clientes	13	41 073	-
Outros activos	14	73 446	228 737
Activos por impostos correntes	15	3 104	2 449
Activos por impostos diferidos	16	293	-
Activos tangíveis	17	321 000	143 108
Direito de uso de activos	18	303 000	-
Activos intangíveis	19	188 764	39 449
Total de activos		2 788 966	2 441 784

Passivos			
Recursos de clientes	20	144 415	-
Outros passivos	21	314 534	112 973
Total de passivos		458 948	112 973

Fundos próprios			
Capital social	22	2 450 000	2 450 000
Prejuízos acumulados		(119 982)	(121 189)
Total dos fundos próprios		2 330 018	2 328 811
Total de Fundos próprios e passivos		2 788 966	2 441 784

Flodio Chelele
Director Financeiro

Marco Albaroado
Administrador Delegado

Demonstração do rendimento integral

Em '000 MZN

	Nota	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Juros e rendimentos similares		13 141	12 213
Juros e encargos similares		(8 165)	-
Resultados líquidos de juros	4	4 976	12 213
Rendimento com taxas e comissões		127	-
Gastos com taxas e comissões		(1 901)	-
Rendimento líquido de taxas e comissões	5	(1 773)	-
Resultado de operações financeiras	6	333 221	(2 117)
Rendimentos operacionais		336 423	10 096
Gastos com Pessoal	7	(179 155)	(69 340)
Depreciações e amortizações	17,19	(38 375)	(2 181)
Outros gastos operacionais	8	(117 217)	(50 879)
Gastos Operacionais		(334 746)	(122 401)
Resultado antes de imposto		1 677	(112 305)
Impostos	9	(470)	-
Resultado líquido		1 207	(112 305)
Rendimento Integral		1 207	(112 305)

Demonstração das alterações dos capitais próprios

Em '000 MZN

	Capital Social	Resultados transitados do Exercício	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2019	2,450,000	(8,884)	2,441,116
Prejuízo do exercício	-	(112,305)	(112,305)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	2,450,000	(121,189)	2,328,811
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	2,450,000	(121,189)	2,328,811
Lucro do exercício	-	1,207	1,207
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	2,450,000	(119,982)	2,330,018

Demonstração dos fluxos de caixa

Em '000 MZN

	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Resultado Líquido	1 207	(112 305)
Ajustes para itens não-monetários		
Depreciações e amortizações	38 375	2 181
Imposto diferido	(293)	-
Perdas de reavaliação cambial não realizadas	-	2 117
Subtotal	39 289	(108 007)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	(41 073)	-
Outros activos	154 636	(231 186)
Dépositos de clientes	144 415	-
Outros passivos	201 560	101 972
Fluxo de caixa resultante das actividades Operacionais	498 827	(237 221)
Aquisição/Receitas provenientes da venda de:		
Activos fixos tangíveis	(519 267)	(145 289)
Títulos de investimento	(98 638)	-
Activos intangíveis	(149 316)	(39 449)
Fluxo de caixa resultantes das actividades de Investimento	(767 221)	(184 738)
Acção emitidas	-	2 450 000
Fluxo de Caixa Resultantes das actividades de Financiamento	-	2 450 000
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2 028 041	-
Fluxo de caixa resultante das actividades operacionais	498 827	(237 221)
Fluxo de caixa resultante das actividades de Investimento	(767 221)	(184 738)
Fluxo de caixa resultante das actividades de Financiamento	-	2 450 000
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1 759 648	2 028 041

Notas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2020

Nota 1 Nota introdutória

O Access Bank Mozambique, S.A. ("o Banco") é uma sociedade anónima com domicílio em Moçambique. O endereço da sede social do Banco é Rua dos Desportistas N° 480, 17/18°, Maputo Business Tower. O Banco foi constituído em 30 de Outubro de 2018, e obteve a licença de prestação de serviços bancários completos do Banco Central de Moçambique (Banco de Moçambique) em 6 de Fevereiro de 2020. A sua actividade é direccionada principalmente ao segmento de banca de retalho, de negócios, corporativo e tesouraria. O Banco tem um Conselho de Administração devidamente constituído, composto por um Administrador Executivo e quatro Administradores Não Executivos.

À data de 31 de Dezembro de 2020, o Banco tinha apenas uma agência, no entanto, tem uma estratégia de expansão ambiciosa que iniciará em 2021.

Apesar de o Banco ter iniciado as suas operações bancárias em Setembro de 2020, em 2018 e 2019 foram aprovados e incorridos gastos relativos a despesas de investimento, custos com pessoal,

rendas, despesas de viagem e outras despesas operacionais.

Em termos de tecnologia, o Banco opera com uma infra-estrutura de Tecnologia de Informação (TI) que responde às necessidades dos clientes e a proporciona-lhes a melhor experiência possível. A referida infra-estrutura de TI possui todas as medidas de segurança cibernética.

Nota 2 Bases de preparação

O Banco prepara as suas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF). As demonstrações financeiras do Banco, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, foram preparadas de acordo com as NIRF emitidas pelo IASB e pelos respectivos órgãos antecessores. Ademais, foram igualmente aplicadas as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

Para efeitos de supervisão, o Banco qualifica-se como um banco de acordo com a Lei 15/99, com pequenas emendas em 2004, sendo, portanto, supervisionado pelo Banco de Moçambique, a Autoridade de Supervisão Financeira. Estas demonstrações financeiras foram

depósito a prazo, sempre a crescer.

multiplique os seus rendimentos com a conta Depósito a Prazo do Access Bank e aproveite os benefícios que esta conta tem para lhe oferecer.

/ PRAZOS: 3 A 6 MESES
/ TAXAS DE JURO: 8% (Taxa anual nominal bruta)

*Mobilizações antecipadas permitidas com penalização total de juros calculados e não pagos.

Para mais informações dirige-te à agência ou liga para 800 724 724 ou envia um e-mail para: contactcenter.moz@accessbankplc.com
<https://mozambique.accessbankplc.com>



Termos e condições aplicáveis

preparadas de acordo com o disposto no Aviso N° 4/GBM/2007, de 30 de Março de 2007, do Banco de Moçambique, em conformidade com as NIRF acima referidas.

Alterações nas políticas contabilísticas, estimativas e erros

a) Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) novas e revistas

NIRF 9, NIC 39 e NIRF 7 (alteração), 'Reforma das taxas de juro de referência – fase 1'. Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto 'IBOR reform' do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do benchmark para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito 'altamente provável'; iii) avaliação prospectiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração do rendimento integral.

NIC 1 e NIC 8 (alteração), 'Definição de material'. Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de "material" e clarifica que a menção a informações pouco claras refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efectuadas clarificações quanto ao significado de "principais utilizadores das demonstrações financeiras", sendo estes definidos como 'actuais e futuros investidores, financiadores e credores' que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam.

NIRF 16 (alteração), "Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de junho de 2020). Esta alteração introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, qualificam como "modificações" quando estejam cumpridos cumulativamente três critérios: i) a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; ii) qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afecta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2021; e iii) não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação. Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas, como rendas variáveis de locação no(s) período(s) no(s) qual(is) o evento ou condição que acciona a redução de pagamento ocorre. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento nos resultados transitados (ou noutra componente de capital próprio, conforme apropriado) no início do período de relato anual em que o locatário aplica a alteração pela primeira vez.

As alterações acima citadas não tiveram qualquer impacto sobre as políticas contabilísticas do Banco.

b) Normas (novas e alterações) publicadas e obrigatórias para os períodos contabilísticos com início em ou após 1 de Janeiro de 2021

NIC 1 (alteração), apresentação das demonstrações financeiras - classificação de passivos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afectada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um "covenant". Esta alteração inclui ainda uma nova definição de "liquidação" de um passivo. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

NIRF 17 (nova), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta nova norma substitui a NIRF 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A NIRF 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, as quais são reavaliadas a cada data de relato. A mensuração corrente pode ser efectuada pela aplicação do modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O modelo completo baseia-se em cenários de fluxos de caixa descontados ponderados pela probabilidade de ocorrência e ajustados pelo risco, e uma margem de serviço contratual, a qual representa a estimativa do lucro futuro do contrato. Alterações subsequentes dos fluxos de caixa estimados são ajustados contra a margem de serviço contratual, excepto se esta se tornar negativa. A NIRF 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição.

Não se espera que as normas novas ou alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Banco.

Resumo das principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Todas as políticas foram aplicadas, a menos que indicado o contrário.

(a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em meticais (MZN), a moeda funcional do Banco. Salvo onde indicado, a informação financeira apresentada em MZN foi arredondada ao milhar mais próximo. O ano fiscal do Banco é o ano civil. Foi utilizado o pressuposto de continuidade para a elaboração destas demonstrações financeiras.

(b) Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, excepto para os activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI), que são mensurados ao justo valor.

(c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NIRFs requer que a Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas e o valor dos activos e passivos, rendimentos e encargos. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As estimativas e pressupostos subjacentes são revistos de forma contínua. As revisões das estimativas contabilísticas são reconhecidas no exercício em que a estimativa é revista, se a revisão afectar

apenas esse exercício, ou no exercício da revisão e exercícios futuros, se a revisão afectar tanto os exercícios actuais como os futuros.

Informações sobre as áreas significativas de incertezas das estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contabilísticas, que têm o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão descritas na nota 3.

2.1. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em MZN, que é a moeda de apresentação do Banco. As transacções em moeda

estrangeira são convertidas para a moeda funcional tendo por base as taxas de câmbio em vigor nas datas das transacções ou da avaliação, onde os itens são mensurados novamente. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação de tais transacções e da conversão às taxas de câmbio do final do exercício de activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidas nos resultados. As diferenças de conversão relacionadas com mudanças no custo amortizado, também são reconhecidas nos resultados.

Nas demonstrações da posição financeira e do rendimento integral, foram aplicadas as seguintes taxas de câmbio:

		2020		2019	
Moeda	Pais	data do balanço	Média Anual	À data do balanço	Média Anual
GBP	Inglaterra	102.17	89.21	80.72	79.78
EUR	Europa	92.04	89.21	68.89	69.99
USD	Estados Unidos	74.90	69.46	61.47	62.53
ZAR	África do Sul	5.11	5.56	4.374	.33

2.2. Rendimento operacional

A política do Banco é reconhecer a receita de um contrato quando o mesmo for aprovado por ambas as partes, os direitos forem claramente identificados, os termos de pagamento forem definidos, o contrato tiver substância comercial e a cobrança for determinada como provável.

A receita é reconhecida quando o controlo dos serviços é transferido. O controlo de um activo refere-se à capacidade de determinar o uso e obter substancialmente todos os benefícios remanescentes (potenciais fluxos de saída de caixa ou poupanças nos fluxos de saída de caixa) associados ao activo.

Onde o Banco actua como agente, o Banco reconhece como receita apenas a comissão retida pelo Banco (ou seja, a receita é reconhecida líquida dos montantes pagos ao principal). Quando o Banco é o principal, o Banco reconhece como receita o montante bruto pago e alocado à obrigação contratual. O Banco reconhece também a despesa com os custos directos de cumprimento da obrigação contratual.

a) Margem financeira

Os rendimentos e encargos de juros para os instrumentos financeiros que são sujeitos a juros são reconhecidos nos "Juros e rendimentos similares" e nos "Juros e encargos similares" na demonstração do rendimento integral, tendo por base o método de taxa de juro efectiva.

O Banco calcula os rendimentos de juros através da aplicação da taxa de juro efectiva (EIR) à quantia escriturada de activos financeiros que não sejam activos em imparidade de crédito. O método de juro efectivo é um método usado para calcular o custo amortizado de um activo ou passivo financeiro e para alocar os rendimentos de juros ou os encargos com juros durante o respectivo exercício. A taxa

de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos e recebimentos de caixa futuros estimados através da vida útil esperada do activo ou passivo financeiro para a quantia líquida reconhecida do activo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa de juro efectiva, o Banco estima os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais dos instrumentos financeiros com excepção das perdas de crédito futuras.

O cálculo da taxa de juro efectiva inclui as taxas/comissões contratuais pagas ou recebidas, os custos de transacção e os descontos ou prémios que são parte integrante da taxa de juro efectiva. Os custos de transacção são custos incrementais que são directamente imputáveis à aquisição, emissão ou alienação de um activo ou passivo financeiro.

Os rendimentos e encargos de juros apresentados na demonstração do rendimento integral incluem:

- i) juros sobre activos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, calculados com base na taxa de juro efectiva;
- ii) juros sobre activos financeiro ao justo valor através de outro rendimento integral, calculados com base na taxa de juro efectiva.

b) Rendimento líquido de taxas e comissões

Os rendimentos e encargos de taxas e comissões que são parte integrante da taxa de juro efectiva de um activo ou passivo financeiro são incluídos na mensuração da taxa de juro efectiva.

Quando não se espera que um compromisso de crédito resulte no levantamento do mesmo, as taxas/comissões de compromisso de crédito são reconhecidas linearmente no exercício do compromisso.

As taxas e comissões apresentadas nas demonstrações financeiras incluem:

- i) Taxas relacionadas com crédito: taxas de consultoria e de compromisso. Estas taxas são cobradas por serviços de gestão e de consultoria prestados ao cliente até à aceitação da carta de oferta pelo cliente. As taxas de consultoria e de compromisso são realizadas no momento em que o cliente aceita a carta de oferta que coincide com o momento em que o Banco reconhece a sua receita. Estas taxas não são parte integrante do crédito, portanto, não são consideradas ao determinar a taxa de juro efectiva;
- ii) Rendimentos de outras taxas e comissões: comissões de cartas de crédito, taxas de serviços de gestão de contas, gestão de investimentos e outras taxas de serviços financeiros, comissão de vendas, taxas de registo e taxas de sindicância. Estas taxas e comissões são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados.

c) Resultado de operações financeiras

O resultado de operações financeiras inclui ganhos cambiais na reavaliação e ganhos cambiais não realizados na reavaliação.

2.3. Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento são compostos pelos impostos correntes e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do rendimento, excepto na medida em que se refere aos itens reconhecidos no resultado líquido ou directamente no capital próprio. Neste caso, o imposto é também reconhecido no resultado líquido ou directamente no capital próprio, respectivamente.

Imposto corrente

O imposto corrente é calculado com base nas leis fiscais promulgadas ou substantivamente promulgadas, à data de relato. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas nas declarações fiscais em relação às situações em que os regulamentos fiscais aplicáveis dão margem a interpretações. Quando apropriado, são criadas provisões com base nas quantias que deverão ser pagas às autoridades fiscais.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido, usando o método de passivo, com base nas diferenças temporárias decorrentes entre as bases tributáveis de activos e passivos e as quantias escrituradas nas demonstrações financeiras. O imposto sobre o rendimento diferido é determinado usando as taxas fiscais (e leis fiscais) promulgadas ou substantivamente promulgadas à data de relato e que se espera que se apliquem quando o activo por imposto diferido relacionado é realizado ou o passivo por imposto diferido é liquidado.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que é provável que exista lucro tributável futuro para utilizar as diferenças temporárias. Os activos por impostos diferidos são revistos a cada data de relato e são reduzidos na extensão em que não é mais provável que o respectivo benefício fiscal seja realizado; tais reduções são revertidas quando a probabilidade de lucros tributáveis futuros aumenta. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados em cada data de relato e reconhecidos na medida em que se torna provável que lucros futuros estarão disponíveis e em relação aos quais podem ser usados.

Os activos e passivos por impostos diferidos são compensados quando há um direito legalmente aplicável de compensar os activos por impostos correntes em relação aos passivos por impostos correntes e quando os activos e passivos por impostos diferidos estão relacionados com os impostos cobrados pela mesma autoridade

fiscal na mesma entidade tributável ou por entidades tributáveis diferentes, onde haja intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.4 . Activos e passivos financeiros

Reconhecimento e desreconhecimento

Os activos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de transacção, ou seja, na data em que o Banco fica vinculado às cláusulas contratuais do instrumento.

Compras e vendas regulares de activos financeiros são reconhecidas na data de transacção, a data na qual o Banco se compromete a comprar ou vender o activo. Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa dos activos financeiros expiraram ou são transferidos e o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e vantagens de titularidade.

Classificação

O Banco classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- i) os que devem ser mensurados subsequentemente ao justo valor, seja através de outro rendimento integral ou através dos resultados,
- ii) os que devem ser mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio que o Banco usa para gerir os activos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Para os activos mensurados ao justo valor, os ganhos e as perdas serão registados em resultados através de outro rendimento integral (OCI). Para investimentos em instrumentos de capital próprio que não são detidos para negociação, dependendo se o Banco fez uma escolha irrevogável no momento do reconhecimento inicial para contabilizar o investimento de capital próprio ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI). O Banco reclassifica os investimentos em instrumentos/títulos de dívida quando, e apenas se, o seu modelo de negócios para a gestão desses activos mudar.

Mensuração

No reconhecimento inicial, com excepção dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados (FVPL), o Banco mensura um activo financeiro ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção que são directamente atribuíveis à aquisição do mesmo. Os custos de transacções de activos financeiros ao FVPL são reconhecidos nos resultados.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente dos instrumentos de dívida depende do modelo de negócios que o Banco usa para gerir o activo e das características contratuais do fluxo de caixa do activo. Existem três categorias de mensuração usadas pelo Banco para classificar os seus instrumentos de dívida, designadamente:

- i) Custo amortizado: Os activos que são mantidos para a obtenção de fluxos de caixa contratuais, onde esses fluxos de caixa representam apenas os pagamentos do capital e juros, são mensurados ao custo amortizado. O rendimento de juros proveniente desses activos financeiros é reconhecido nos juros e rendimentos similares, através do método de taxa de juro efectiva. Qualquer ganho ou perda decorrente do desreconhecimento é reconhecido directamente nos resultados e

apresentado em ganhos/(perdas) líquidos nos títulos de investimento, junto com o resultado de operações financeiras. As perdas por imparidade são apresentadas numa rubrica separada na demonstração do rendimento integral;

- ii) Justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI): Os activos que são mantidos para a obtenção de fluxos de caixa contratuais e para a venda de activos financeiros, onde os fluxos de caixa dos activos representam apenas os pagamentos do capital e juros, são mensurados ao FVOCI. Os movimentos na quantia escriturada são feitos por meio do outro rendimento integral, excepto para o reconhecimento de ganhos ou perdas por imparidade, rendimento de juros e ganhos e perdas cambiais que são reconhecidos nos resultados. Quando o activo financeiro é desreconhecido, o ganho ou a perda cumulativa anteriormente reconhecida no outro rendimento integral, é reclassificada do capital próprio para os resultados. O rendimento de juros destes activos financeiros é incluído nos juros e rendimentos similares usando o método de taxa de juro efectiva. Os ganhos e perdas cambiais são apresentados em ganhos / (perdas) líquidos em títulos de investimento as perdas por imparidade são apresentadas numa rubrica separada nas perdas líquidas por imparidade de activos financeiros;

- iii) Justo valor através de resultados (FVPL): Os activos que não satisfazem os critérios de custo amortizado ou FVOCI são mensurados ao FVPL. Um ganho ou perda num investimento em instrumento/título de dívida que é subsequentemente mensurado ao FVPL é reconhecido nos resultados e apresentado líquido nos ganhos/(perdas) líquidos sobre títulos de investimento no exercício em que ocorre.

Avaliação do modelo de negócios

O Banco determina o seu modelo de negócios no nível que reflecte melhor a forma como este gere activos para atingir o seu objectivo comercial.

O modelo de negócios do Banco não é avaliado numa base de instrumento a instrumento, mas ao nível de carteiras agregadas e é baseado em factores observáveis, nomeadamente:

- i) como é feita a avaliação e como são reportados ao pessoal chave da gestão, os activos financeiros que fazem parte do modelo de negócios;
- ii) os riscos que afectam o desempenho do modelo de negócios (e os activos financeiros que fazem parte do modelo de negócios) e, em particular, a forma como esses riscos são geridos;
- iii) como é feita a remuneração dos gestores dos activos (por exemplo, se a remuneração é baseada no justo valor dos activos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos);
- iv) a frequência esperada, o valor e a expectativa de vendas também constituem aspectos importantes da avaliação do modelo.

A avaliação do modelo de negócios é baseada em cenários esperados com razoabilidade, sem considerar os cenários pessimistas ou de crise. Se os fluxos de caixa, após o reconhecimento inicial, forem realizados de uma forma que seja diferente das expectativas iniciais do Banco, a classificação dos restantes activos financeiros mantidos nesse modelo de negócios não são alteradas. Mas, no futuro, a alteração é tida em conta na avaliação dos activos financeiros recém-originais ou recém-adquiridos.

Justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui activos financeiros classificados como detidos para negociação no reconhecimento inicial. Um activo financeiro é

classificado ao justo valor através dos resultados se for adquirido ou incorrido com o objectivo principal de ser vendido ou recomprado num futuro próximo ou se fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e para os quais há evidências de um padrão real recente de obtenção de rendimentos a curto prazo. Os derivados também são categorizados e mensurados ao justo valor através dos resultados, a menos que sejam designados e eficazes como instrumentos de cobertura. Os activos financeiros detidos para negociação consistem em instrumentos de dívida, incluindo instrumentos do mercado monetário, bem como activos financeiros com derivados incorporados.

Os instrumentos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente ao justo valor; os custos de transacção são reconhecidos directamente na demonstração do rendimento integral assim como os ganhos e perdas decorrentes de mudanças no justo valor. Os rendimentos e encargos com juros e o rendimento de dividendos de activos financeiros detidos para negociação são incluídos nos 'juros e rendimentos similares', 'juros e encargos similares' ou 'outros rendimentos operacionais', respectivamente. Os instrumentos são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa expiram ou o Banco transfere substancialmente todos os riscos e vantagens de titularidade e a transferência é qualificada para o desreconhecimento.

O Banco pode designar certos activos financeiros no reconhecimento inicial como ao justo valor através dos resultados (opção de justo valor). Esta designação não pode ser alterada subsequentemente. A opção de justo valor só é aplicada quando as seguintes condições são satisfeitas:

- i) os activos ou passivos são geridos, avaliados e escriturados internamente com base no justo valor;
- ii) a designação elimina ou reduz significativamente uma inconsistência contabilística que, de outra forma, poderia surgir;
- iii) o activo ou passivo contém um derivado incorporado que modifica significativamente os fluxos de caixa que, de outra forma, seriam exigidos de acordo com o contrato.

Custo amortizado

Os activos financeiros ao custo amortizado são activos não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, que não são designados ao justo valor através dos resultados ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

Estes são inicialmente reconhecidos ao justo valor incluindo custos de transacção, directos e incrementais, e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva. Qualquer venda ou reclassificação de um valor significativo de investimentos ao custo amortizado não próximo da sua data da maturidade resulta numa reavaliação do modelo de negócios do Banco usado para gerir activos. No entanto, vendas e reclassificações em qualquer uma das seguintes circunstâncias abaixo indicadas, não implicam uma reclassificação:

- i) vendas ou reclassificação tão próximas da maturidade onde mudanças na taxa de juro de mercado não teriam um efeito significativo sobre o justo valor do activo financeiro;
- ii) vendas ou reclassificação após o Banco ter obtido substancialmente todo o capital original do activo;
- iii) vendas ou reclassificações atribuíveis a eventos isolados não recorrentes fora do controlo do Banco e que não podiam ter sido previstos de forma razoável.

Os juros sobre investimentos ao custo amortizado são reconhecidos

na demonstração do rendimento integral na rubrica de 'juros e rendimentos similares'. No caso de uma imparidade, a perda por imparidade é apresentada como um desconto da quantia escriturada do investimento e reconhecida na demonstração de rendimento integral como 'imparidade de activos financeiros'. Os investimentos ao custo amortizado incluem Bilhetes e Obrigações do Tesouro.

Justo valor através de outro rendimento integral

Os activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são investimentos não derivados que não são designados noutra categoria de activos financeiros. Os títulos de capital próprio não cotados que foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral são contabilizados ao justo valor.

O rendimento de juros é reconhecido na demonstração do rendimento integral através do método da taxa de juro efectiva. O rendimento de dividendos é reconhecido na demonstração do rendimento integral quando o Banco passa a ter direito aos dividendos. Ganhos ou perdas cambiais sobre esses investimentos são reconhecidos na demonstração do rendimento integral.

Outras alterações do justo valor são reconhecidas directamente noutra demonstração de rendimento integral até que o investimento seja vendido ou seja objecto de imparidade, depois disso, os ganhos e perdas acumuladas anteriormente reconhecidas em outro rendimento integral são reconhecidas no resultado líquido como um ajuste de reclassificação.

O justo valor através de outro rendimento integral inclui títulos de investimento e investimentos de capital próprio que são assim designados.

Passivos financeiros

O Banco classifica os seus passivos financeiros, excepto garantias financeiras e compromissos de empréstimo, conforme mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor através dos resultados.

Os passivos financeiros que não são classificados ao justo valor através dos resultados são mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva. O encargo com juro é incluído em 'juros e encargos similares' na demonstração do rendimento integral.

O Banco classifica os instrumentos de dívida como passivos financeiros ou capital próprio de acordo com os termos contratuais do instrumento. Depósitos e títulos de dívida emitidos são inicialmente mensurados ao justo valor deduzido dos custos de transação directos e incrementais e subsequentemente mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva, excepto onde o Banco designar passivos ao justo valor através dos resultados.

Na demonstração da posição financeira os outros passivos financeiros reconhecidos ao custo amortizado incluem recursos de clientes e outros passivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem notas e moedas, disponibilidades no Banco Central e activos financeiros de alta liquidez com maturidade original inferior a três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudanças no seu justo valor, e são usados pelo Banco para gerir os seus compromissos de curto prazo.

A demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa inclui dinheiro em caixa, disponibilidades irrestritas em bancos estrangeiros e no Banco Central, colocações no mercado monetário e outros investimentos de alta liquidez de curto prazo com maturidade

original igual ou inferior a três meses.

Reclassificação dos activos e passivos financeiros

O Banco não reclassifica os seus activos financeiros após o seu reconhecimento inicial, salvo em circunstâncias excepcionais em que o Banco altera o seu modelo de negócios para a gestão de activos financeiros ou o Banco adquire, aliena ou cancela uma linha de negócios. Os passivos financeiros nunca são reclassificados.

Os cenários seguintes, não representam mudanças no modelo de negócios:

- I. mudança na intenção relacionada com activos financeiros específicos (mesmo em circunstâncias de mudanças significativas nas condições de mercado);
- II. o desaparecimento temporário de um determinado mercado de activos financeiros;
- III. a transferência de activos financeiros entre as partes/membros da entidade com diferentes modelos de negócios.

Todas as reclassificações são aplicadas prospectivamente a partir da data da reclassificação.

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

O Banco desreconhece um activo financeiro, como um crédito a um cliente, quando os termos e condições são renegociados substancialmente, originando um novo crédito, sendo a diferença do desreconhecimento reconhecida como ganho ou perda, na medida em que uma perda por imparidade ainda não foi registada.

Os novos créditos a clientes são classificados no Estágio 1 para fins de mensuração das perdas de crédito esperadas (ECL), a menos que o novo crédito seja considerado como adquirido ou originado em imparidade de crédito (POCI).

Ao avaliar se deve ou não desreconhecer um crédito de cliente, o Banco considera, entre outros, os seguintes factores:

- I. mudança na moeda do empréstimo;
- II. introdução de uma característica de capital próprio;
- III. mudança na contraparte;
- IV. se a modificação for tal que o instrumento não satisfaça mais, o critério obtenção de fluxos de caixa contratuais.

Compensação

Os activos e passivos financeiros são compensados e o montante líquido apresentado na demonstração da posição financeira quando, e somente se, o Banco tiver o direito legal de compensar os montantes e pretender liquidar numa base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

As receitas e despesas são apresentadas numa base líquida apenas quando permitido pelas NIRFs, e para resultados provenientes de um grupo de transacções semelhantes na actividade comercial do Banco.

Os títulos (valores mobiliários) vendidos sujeitos a um acordo de recompra ('repos') permanecem na demonstração da posição financeira; o passivo da contraparte é incluído em montantes a pagar a outros bancos, depósitos de bancos, outros depósitos ou depósitos a pagar a clientes, conforme o caso. Os títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda (reverse repos) são registados como colocação no mercado monetário. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratado como juro e acumula durante a vigência do acordo, usando o método da taxa de juro efectiva.

Os títulos emprestados a contrapartes também são mantidos nas

demonstrações financeiras. Os títulos provenientes de empréstimo não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, a menos que sejam vendidos a terceiros, caso em que a compra e venda são registadas nos resultados.

Imparidade de activos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2020, as operações do Banco estavam no início pelo que o Banco ainda está a desenvolver um modelo de imparidade em conformidade com Basileia II e com os requisitos regulamentares. O modelo será alinhado com o modelo de imparidade do Grupo, conforme a NIRF 9.

O objectivo do modelo será avaliar, numa base prospectiva, as perdas de crédito esperadas ('ECL') associadas aos seus activos de instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado, o FVOCI e a exposição decorrente de compromissos de crédito e contratos de garantias financeiras. O Banco irá reconhecer uma provisão para tais perdas em cada data de relato.

O Banco irá estabelecer uma política para, no fim de cada exercício de relato, avaliar se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco de incumprimento que ocorre durante a vida útil remanescente de tal instrumento financeiro.

Com base no processo acima mencionado, o Banco irá categorizar os seus instrumentos financeiros em Estágio 1, Estágio 2, Estágio 3 e POCI (adquirido ou originado em imparidade de crédito), conforme descrito abaixo:

- **Estágio 1:** Quando um instrumento financeiro é reconhecido pela primeira vez, o Banco reconhece uma provisão com base na Perda de Crédito Esperada para 12 meses. O Estágio 1 também inclui instrumentos financeiros nos quais o risco de crédito tenha melhorado (após revisão durante um exercício de 90 dias) e os instrumentos financeiros foram reclassificados do Estágio 2.
- **Estágio 2:** Quando um instrumento financeiro apresentou um aumento significativo no risco de crédito desde o início, o Banco regista uma provisão para as ECLs até à maturidade do contrato. Os instrumentos financeiros do Estágio 2 também incluem casos em que o risco de crédito tenha melhorado (após revisão durante o exercício de 90 dias) e o instrumento financeiro foi reclassificado do Estágio 3.
- **Estágio 3:** Instrumentos financeiros considerados em imparidade de crédito. O Banco regista uma provisão para as ECLs até à maturidade do contrato.
- **POCI:** Os activos adquiridos ou originados em imparidade de crédito (POCI) são activos financeiros com imparidade de crédito no reconhecimento inicial. Os activos POCI são registados ao justo valor no reconhecimento original e o rendimento de juros é subsequentemente reconhecido com base no método da taxa de juro efectiva ajustada ao crédito. As ECLs somente são reconhecidas ou realizadas na medida em que há uma mudança subsequente nas perdas de crédito esperadas.

A Perda de Crédito Esperada (ECL) será mensurada numa base de 12 meses (12M) ou até à maturidade, dependendo de se um aumento significativo no risco de crédito ocorreu desde o reconhecimento inicial ou se um activo é considerado como em imparidade de crédito. As perdas de crédito esperadas serão o produto descontado da probabilidade de incumprimento (PD), exposição ao incumprimento (EAD) e perda dado o incumprimento (LGD), definidos da seguinte

forma:

• **PD (Probabilidade de Incumprimento)** é a probabilidade de incumprimento, por parte do mutuário, da sua obrigação financeira (conforme a definição de incumprimento e imparidade de crédito acima), seja durante os próximos 12 meses (PD de 12M), ou durante a vida remanescente do crédito (PD até à maturidade).

• **EAD (Exposição Ao Incumprimento)** é baseada nos valores que o Banco espera ser devido no momento do incumprimento, durante os seguintes 12 meses (EAD de 12M) ou durante a vida remanescente (EAD até à maturidade). Por exemplo, para um compromisso renovável, o Banco inclui o saldo corrente utilizado mais qualquer outro montante que se espera ser levantado até o limite contratual actual no momento de incumprimento, caso ocorra.

• **Perda dado o Incumprimento (LGD)** representa a expectativa do Banco quanto à extensão da perda numa exposição em incumprimento. A LGD varia de acordo com o tipo de contraparte, tipo e duração do crédito e disponibilidade de garantia ou outro suporte ao crédito. A LGD é expressa como uma perda percentual por unidade de exposição no momento do incumprimento (EAD). A LGD é calculada numa base de 12 meses ou até à maturidade, onde a LGD de 12 meses é a percentagem da perda esperada caso o incumprimento ocorra nos 12 meses seguintes e a LGD até à maturidade é a percentagem de perda esperada caso o incumprimento ocorra a qualquer momento durante a vida esperada remanescente do crédito.

As ECLs também irão incluir informação prospectiva que se traduz numa provisão para mudanças nas condições macro-económicas e previsões ao se estimar as ECLs até à maturidade. Será importante entender o efeito das mudanças previstas no ambiente macro-económico sobre as ECLs, de modo a permitir que um nível adequado de provisões possa ser constituído.

Um modelo de regressão irá ser construído para explicar e prever o impacto dos indicadores macro-económicos sobre as taxas de incumprimento. Esses modelos de regressão geralmente baseiam-se no histórico de taxas de incumprimento e em variáveis macro-económicas cobrindo pelo menos um ciclo económico, mas preferencialmente mais.

2.5. Activos tangíveis

a) Reconhecimento e mensuração

Os itens da rubrica de activos tangíveis são mensurados ao custo, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por imparidade acumuladas. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição de um activo. Quando partes significativas de um bem de activos tangíveis têm vidas úteis diferentes, as mesmas são contabilizadas como diferentes classes de activos.

Os ganhos ou perdas da alienação de um bem são determinados pela comparação dos proveitos da alienação com a quantia escriturada de do activo e, são reconhecidos líquidos na rubrica de outro rendimento na demonstração de rendimento integral.

b) Custos subsequentes

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do activo ou, se apropriado, reconhecidos como um activo independente, quando é provável que o Banco usufrua de benefícios económicos futuros associados ao activo e que o custo do mesmo pode ser mensurado de forma fiável. Os custos de reparações e manutenção diárias de activos tangíveis são reconhecidos, quando incorridos, na demonstração do rendimento integral.

c) Depreciação

A depreciação é reconhecida na demonstração de rendimento integral tendo por base o método das quotas constantes que reduzem o custo dos itens de activos tangíveis aos seus valores residuais durante as vidas úteis estimadas. Activos locados sob regime de locação financeira são depreciados pelo menor entre o prazo da locação e suas vidas úteis.

A depreciação tem início quando um activo está disponível para uso e cessa na primeira entre a data em que o activo é desreconhecido ou é classificado como detido para venda, de acordo com a NIRF 5. Um activo não corrente ou alienado pelo Banco não é depreciado enquanto for classificado como detido para venda.

As vidas úteis estimadas por classe de activos tangíveis são as seguintes:

Os valores residuais e a vida útil dos activos são revistos e ajustados,

Obras em edifícios arrendados	O menor entre a vida útil e a duração do contrato
Instalações e equipamentos	10 anos
Material informático	4 anos
Veículos	4 anos

se apropriado, em cada data de relato. Os activos são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor escriturado pode não ser recuperável. O valor escriturado do activo é reduzido imediatamente ao seu valor recuperável se o valor escriturado do activo ultrapassar o seu valor estimado e recuperável. O valor recuperável é o mais elevado entre o justo valor do activo menos os custos de venda e o valor de uso. O imobilizado em curso (imobilizações em construção) não é depreciado. Após a conclusão, é transferido para a respectiva classe de activo.

d) Desreconhecimento

Um item de propriedades e equipamento é desreconhecido após alienação ou quando não são esperados quaisquer benefícios económicos futuros do seu uso ou alienação. Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento do activo (calculado como a diferença entre os proveitos líquidos da alienação e o valor contabilístico do activo) é incluído em outro rendimento operacional na demonstração do rendimento integral no exercício em que o activo é desreconhecido.

2.6. Activos intangíveis

a) Software

O software adquirido pelo Banco é registado ao custo deduzido da amortização acumulada e das perdas por imparidade acumuladas. Despesas com software desenvolvido internamente são reconhecidas como activo quando o Banco demonstra a sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento e usar o software de forma a gerar benefícios económicos futuros e que pode mensurar de forma fiável os custos para concluir o desenvolvimento. Os custos capitalizados de software desenvolvido internamente incluem todos os custos directamente atribuíveis ao desenvolvimento do software e são amortizados durante a sua vida útil. O software desenvolvido internamente é reconhecido ao custo deduzido da amortização acumulada e imparidade. As despesas subsequentes com activos de software são reconhecidas apenas quando aumentam os benefícios económicos futuros do activo. Todas as outras despesas são contabilizadas como custos, conforme incorridas.

A amortização é reconhecida na demonstração do rendimento integral, de forma linear, durante a vida útil estimada do software, a partir da data em que está disponível para uso. O software possui uma vida útil finita que é estimada entre três a cinco anos. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos no final do exercício financeiro e, se apropriado, são ajustados.

2.7. Imparidade de activos não financeiros

Os valores escriturados dos activos não financeiros do Banco, excepto activos por imposto diferido, são revistos a cada data de relato para determinar se existe alguma indicação de imparidade. Caso ocorra tal indicação, então é estimado o valor recuperável do activo.

Com o objectivo de testar a imparidade, os activos que não podem ser testados individualmente são colocados em conjunto no menor conjunto de activos que gera fluxos de entrada de caixa pelo uso contínuo que são amplamente independentes dos fluxos de caixa de outros activos ou conjuntos de activos (a "unidade geradora de caixa" ou CGU). Sujeito a um teste de limite máximo (esforço) de segmento operacional, para fins de teste de imparidade do goodwill, as CGUs às quais o goodwill foi alocado são agregadas de forma que o nível no qual a imparidade é testada reflecta o nível mais baixo no qual o goodwill é monitorado para fins de relato interno. Goodwill adquirido numa combinação comercial é alocado aos conjuntos de CGUs que se espera que se beneficiem das sinergias da combinação.

As perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas em cada data de relato para concluir se a perda diminuiu ou não existe mais. Uma perda por imparidade é revertida caso haja uma mudança nas estimativas usadas para determinar o montante recuperável. Uma perda por imparidade é revertida na medida em que a quantia escriturada do activo não excede a quantia escriturada que teria sido determinada, líquida de depreciação ou amortização, se nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida.

2.8. Locações

Passivos de locações

Na data de início da locação, o Banco reconhece os passivos de locação mensurados ao valor presente dos pagamentos de locação que serão pagos durante o prazo do contrato. Os passivos de locação incluem o valor líquido presente dos seguintes pagamentos de locação:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em substância), menos quaisquer incentivos de locação a receber;
- pagamentos de locação variáveis baseados num índice ou taxa;
- valores que se espera vir a ser pagos pelo Banco nos termos de garantias de valor residual;
- o preço do exercício de uma opção de compra se o locatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e;
- pagamento de multas pela rescisão do contrato de locação, se o prazo de locação reflectir o exercício da opção pelo Banco.

Os pagamentos de locação a serem razoavelmente feitos sob certas opções de prorrogação também são incluídos na mensuração do passivo. Os pagamentos variáveis de locação que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesa no exercício em que ocorre o evento ou a condição que acciona o pagamento.

Os pagamentos de locação são descontados através da taxa de juro

implícita na locação. Se a taxa não puder ser determinada com fiabilidade, é utilizada a taxa incremental de empréstimo do Banco, sendo a taxa que o Banco teria que pagar para obter os fundos necessários para comprar um activo de valor semelhante ao direito de usar o activo num ambiente económico similar com termos, segurança e condições semelhantes.

Os pagamentos de locação são alocados entre o capital e o custo financeiro. O custo financeiro é reconhecido nos resultados durante o exercício da locação. Após a data de início, o montante dos passivos de locação é aumentado para reflectir o juro e reduzido nos pagamentos de locação efectuados. Além disso, a quantia escriturada dos passivos de locação é remensurada se houver uma modificação, uma alteração no prazo de locação, uma mudança nos pagamentos fixos da locação em substância ou uma mudança na avaliação para comprar o activo subjacente. O prazo de locação refere-se ao período contratual de uma locação.

Direito de uso de activos

O direito de uso de activos é mensurado ao custo que compreende o seguinte:

- o valor da mensuração inicial do passivo de locação;
- quaisquer pagamentos de locação feitos na ou antes da data de início menos quaisquer incentivos de locação recebidos;
- quaisquer custos directos iniciais, e
- custos de restauração.

O direito de uso de activos é geralmente depreciado com base no mais curto dos períodos: vida útil dos activos ou o termo de locação numa base linear. Se o Banco estiver razoavelmente certo de exercer uma opção de compra, o direito de uso de activo é depreciado durante a vida útil do activo subjacente.

Contratos de locação a curto prazo e contractos de locação de baixo valor

O Banco aplica a isenção de reconhecimento de contactos de locação a curto prazo para seus contractos a curto prazo (ou seja, as que têm prazo de locação de 12 meses ou menos a partir da data de início e não contém opção de compra). Também aplica a isenção de reconhecimento dos contratos de locação de activos de baixo valor aos contractos de locação considerados de baixo valor. Activos de baixo valor são activos com valor de locação inferior a 5 mil dólares quando novos. Os pagamentos de locação em contratos de locação a curto prazo e contratos de locação de activos de baixo valor são reconhecidos como despesa no resultado numa base linear durante o prazo de locação.

Opções de prorrogação e rescisão

As opções de prorrogação e rescisão estão incluídas em várias locações de propriedades. Estas são utilizadas para maximizar a flexibilidade operacional no que se refere à gestão dos activos utilizados nas operações do Banco. A maioria das opções de prorrogação e rescisão detidas são exercíveis apenas pelo Banco.

Na determinação do prazo de locação, a Administração considera todos os factos e circunstâncias que criam um incentivo económico para exercer a opção de prorrogação, ou não exercer a opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou anos após as opções de rescisão) só estão incluídas no prazo de locação se houver certeza razoável de que será prorrogado (ou não rescindido).

Para locação de imóveis, os seguintes factores são normalmente os mais relevantes:

- existência de sanções significativas para rescindir (ou não prorrogar), o Banco normalmente está razoavelmente certo de

prorrogar (ou não rescindir);

- ser esperado que quaisquer melhorias em imóveis arrendados tenham um valor remanescente significativo, o Banco está razoavelmente certo de prorrogar (ou não rescindir);
- caso contrário, o Banco considera outros factores, incluindo duração histórica de locação e os custos e interrupção dos negócios necessários para substituir o activo locado.

O prazo de locação é reavaliado caso uma opção seja efectivamente exercida (ou não exercida) ou o Banco seja obrigado a exercê-la (ou não). A avaliação da certeza razoável só é revista se ocorrer um evento significativo ou uma mudança significativa nas circunstâncias, que afecte esta avaliação e que esteja sob o controlo do locatário.

2.9. Benefícios aos funcionários

O Banco contribui para os planos de benefícios pós-emprego dos seus funcionários conforme prescrito pela legislação local sobre pensões e não tem mais obrigações de pagamento uma vez pagas as contribuições.

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a funcionários quando devidas. O Banco não opera com qualquer outro plano de pensões e, conseqüentemente, não tem qualquer obrigação em matéria de pensões.

2.10. Capital próprio

O capital e reservas são o total da participação do accionista no Banco, contendo os fundos e as reservas do accionista.

Nas notas às demonstrações financeiras, o Banco distingue as seguintes categorias:

- Capital social
- Reserva livre
- Outras reservas regulamentares
- Resultados transitados

Estas categorias são relevantes para as necessidades de tomada de decisão e quando indicam restrições legais ou outras restrições à capacidade do Banco de distribuir ou de outra forma aplicar seu capital próprio.

A reserva livre é constituída por lucros gerados pelo Banco, que não estão disponíveis para distribuição no próximo ano.

Outras reservas regulamentares incluem movimentos nas reservas legais, que compreendem quaisquer quantias de resultados transitados que as autoridades reguladoras prescrevem.

Os resultados transitados representam as quantias auferidas pelo Banco que não foram distribuídas aos seus accionistas. A distribuição de resultados transitados pode ser restringida por requisitos legais ou outros (estatutários).

Nota 3 Julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos significativos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) exige a utilização de determinadas estimativas contabilísticas fundamentais.

Também exige que a Administração exerça julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas do Banco. As estimativas, os pressupostos e os julgamentos contabilísticos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros factores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias. A utilização mais significativa de julgamentos e estimativas é detalhada da seguinte forma:

Imposto sobre rendimento diferido

O imposto sobre rendimento diferido é obtido integralmente, utilizando o método do passivo, sobre as diferenças temporárias decorrentes entre as bases fiscais de activos e passivos e seus valores escriturados nas demonstrações financeiras preparadas em

conformidade com as NIRF. Os activos e passivos por impostos diferidos são determinados utilizando as taxas de impostos (e leis) que foram adoptadas à data da demonstração das informações financeiras e espera-se que sejam de aplicar quando o respectivo activo por impostos diferidos for realizado ou o passivo por impostos diferidos for liquidado.

As principais diferenças temporárias decorrem de prejuízos fiscais reportáveis. Os efeitos fiscais de perdas de imposto sobre rendimento disponíveis para o reporte são reconhecidos como um activo por impostos diferidos quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais estas perdas possam ser utilizadas.

Nota 4 - Margem financeira

Os rendimentos e encargos com juros apresentam-se da seguinte forma:

Em '000 MZN

Juros e rendimentos similares	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Juros de Crédito a clientes	+1 553	-
Juros de Aplicações em Instituições de crédito	7 310	12 213
Outros Rendimentos similares	4 278	-
Total de juros e rendimentos similares	13 141	12 213
Encargos de juros sobre recursos de clientes	(445)	-
Outros encargos de juros	(7 720)	-
Total de juros e encargos similares	(8 165)	-
Resultados líquidos de juros	4 976	12 213

Nota 5 - Rendimento líquido de taxas e comissões

O rendimento e gastos com taxas e comissões apresentam-se da seguinte forma:

Em '000 MZN

Rendimento de taxas e comissões	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Outras receitas de taxas e comissões	127	-
Total de rendimento de taxas e comissões	127	-
Gastos com taxas e comissões		
Encargos bancários	(1,095)	-
Comissões com transacções VISA	(806)	-
Total de gastos com taxas e comissões	(1,901)	-
Rendimento líquido de taxas e comissões	(1,774)	-

Nota 6 - Resultado de operações financeiras

Os resultados de operações financeiras apresentam-se da seguinte forma:

Em '000 MZN

	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Operações de compra e venda de moeda estrangeira	-	-
Outros ganhos por reavaliação cambial	333,221	(2,117)
Total	333,221	(2,117)

Nota 7 - Custos com pessoal

Os gastos com o pessoal apresentam-se da seguinte forma:

Em '000 MZN

	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Salários	(86,505)	(69,340)
Subsídios	(76,082)	-
Assistência médica	(11,412)	-
Segurança social	(5,156)	-
Total	(179,155)	(69,340)

Os gastos com o pessoal registaram uma variação positiva de 158% face ao ano anterior, devido ao facto de o Banco ter aumentado o seu pessoal (79 colaboradores em 2020 contra 39 colaboradores em 2019) para acelerar o início das actividades operacionais.

Nota 8 - Outros gastos operacionais

Os outros gastos operacionais apresentam-se da seguinte forma:

Em '000 MZN

Custos Administrativos	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Serviços de consultoria	(35,772)	(8,985)
Honorários de auditorias e advocacia	(2,720)	-
Despesas com Comunicação	(13,980)	(5,255)
Marketing, publicidade e representação	(18,371)	(2,104)
Viagens de Negócio	(9,877)	(14,094)
Serviços de segurança	(3,266)	-
Seguros	(1,533)	-
Rendas	(13,903)	(7,540)
Recrutamento e formação	(7,210)	(12,312)
Utilitários	(2,707)	-
Outros gastos administrativos	(4,929)	(589)
Gastos em aquisições e fusões	(2,950)	-
Total	(117,217)	(50,879)

Em 2020, os outros gastos operacionais aumentaram 132%, impulsionados principalmente pelo início das operações.

Nota 9 - Despesas de imposto sobre o rendimento

As despesas de imposto sobre rendimento são apresentadas da seguinte forma:

Em '000 MZN

	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Imposto corrente	(763)	-
Imposto diferido	293	-
Total	(470)	-

O imposto corrente reconhecido durante o exercício resulta do imposto retido na fonte sobre os juros de Bilhetes do Tesouro.

Reconciliação da taxa efectiva de imposto

Custos Administrativos	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Lucro / (prejuízo) antes de imposto	1,676	-
Custos não dedutíveis fiscalmente		
Reintegrações e amortizações	2,423	-
Despesas com publicidade	17,218	-
Correcção do efeito da aplicação da NIRF 16	1,712	-
Benefícios aos empregados	18,856	-
Outros	33,985	-
Diferenças de câmbio não realizadas	(333,221)	-
Despesas de incorporação	(23,728)	-
Juros de Bilhetes do Tesouro	(4,278)	-
Prejuízo fiscal	(285,357)	-
Imposto à taxa nominal de 32%	-	-
Taxa efectiva de imposto	0%	0%
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal	91,314	-
Imposto diferido sobre ganhos cambiais não realizados	(106,631)	-
Outros rendimentos sobre impostos diferidos	15,609	-
Impostos a título definitivo sobre juros de Bilhetes do Tesouro	(763)	-
Impostos sobre o rendimento de acordo com as NIRF	(470)	-

O prejuízo fiscal no valor de 285.357 mil de Meticais pode ser utilizado até 2025. A Administração avaliou a recuperabilidade deste direito com base no orçamento e projecções futuras e concluiu que o mesmo será utilizado no futuro. Foi reconhecido um activo por impostos diferidos no valor de 91.314 mil de Meticais. (Ver nota 16).

Tendo em conta que o Banco apenas começou a funcionar em 2020, não foi apresentada declaração de imposto (M22) referente ao ano de 2019. Todos os impostos pagos pelo Banco referem-se a impostos com retenção na fonte e IVA. O Banco recebeu uma autorização das autoridades fiscais para amortizar o custo de incorporação do ano anterior nos próximos três anos.

Nota 10 - Caixa e equivalentes de caixa

Em '000 MZN

	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Caixa e saldos em outros bancos	1,035,082	123,052
Disponibilidades em bancos centrais excluindo reservas obrigatórias	68,570	-
Reservas obrigatórias	18,803	-
Total de caixa e equivalentes de caixa	1,122,455	242,585

Nota 11- Aplicações em Instituições e Crédito

As aplicações em Instituições de Crédito apresentam-se da seguinte forma:

Em '000 MZN

	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Aplicações em outras instituições de crédito	637,193	1,785,456
Total de aplicações em Instituições de Crédito	637,193	1,785,456

a vida é feita de sonhos

e agora tens um banco que te ajuda a realizá-los

Um banco inovador, com todos os produtos e serviços financeiros desenhados por quem sabe o que precisas para alcançares os teus sonhos.

Para mais informações dirige-te à agência sede ou liga para 800724724 ou envia e-mail para contactcenter.moz@accessbankplc.com

<http://mozambique.accessbankplc.com>



 **access**

mais que um banco

Nota 12 - Títulos de investimento

Os títulos de investimento apresentam-se da seguinte forma:

Em '000 MZN

	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Bilhetes de Tesouro		
Com maturidade até 3 meses	98,638	-
Valor na Maturidade	100,000	-
Juros a receber	(1,362)	-
Com maturidade acima de 3 meses	-	-
Total de títulos de investimentos	98,638	-

Nota 13 - Crédito a clientes

O crédito a clientes apresenta-se da seguinte forma:

Em '000 MZN

	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Crédito ao consumo	11,976	-
Crédito à habitação	29,097	-
Total de empréstimos e adiantamentos à clientes	41,073	-

A carteira de crédito do Banco é 100% composta por crédito ao pessoal. Estas exposições foram adquiridas de empregadores anteriores, como parte do processo de recrutamento. A maturidade média do crédito à habitação é de 16 anos e do crédito ao consumidor é de 3 anos. Em 31 de Dezembro de 2020, o modelo da imparidade conforme a NIRF 9, ainda se encontra em desenvolvimento. A Administração concluiu que os créditos são de funcionários, portanto não há expectativa de perda a reconhecer.

Nota 14 - Outros activos

Os outros activos apresentam-se da seguinte forma:

Em '000 MZN

	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Contas a receber	18,999	11,744
Valores pagos antecipadamente	54,010	216,993
Outros	437	-
Total	73,446	228,737

Em 2019, o montante dos valores pagos antecipadamente inclui os 5 anos pré-pagos do contrato de arrendamento da sede. Em 2020, o Banco passou a utilizar o edifício e o valor foi reclassificado para o activo de direito de uso de acordo com a NIRF 16.

Nota 15 - Activos por impostos correntes

Os activos por impostos correntes apresentam-se da seguinte forma:

Em '000 MZN

	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Saldo inicial	2,449	-
Retenções na fonte sofridas durante o ano	655	2,449
Total	3,104	2,449

Nota 16 - Activos por impostos diferidos

Os activos por impostos diferidos apresentam-se da seguinte forma:

Em '000 MZN

	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Prejuízo fiscal	91,314	-
Ganhos cambiais não realizados	(106,631)	-
Despesas de incorporação	15,186	-
Aplicação da NIRF 16	423	-
Total	293	-

Nota 17 - Activos tangíveis

O movimento na rubrica de activos tangíveis foi o seguinte:

Em '000 MZN
Em 31 de Dezembro de 2020

	Obras em edifícios arrendados	Instalações e equipamento	Material informático	Mobiliários e utensílios	Veículos a motor	Activos em curso	Total
Valor contabilístico líquido em 1 de Janeiro de 2019	-	23	733	16	10,395	134,122	145,289
Aquisições	95,253	36,526	33,011	8,450	2,180	15,875	191,295
Transferências	68,444	-	50,636	15,042	-	(134,122)	-
Total de custos de aquisições em 31 de Dezembro de 2020	163,697	36,549	84,379	23,509	12,575	15,875	336,584
Depreciações acumuladas em 1 de Janeiro de 2020	-	0	15	0	2,166	-	2,181
Aumentos	2,728	1,318	5,910	757	2,690	-	13,403
Depreciações acumuladas em 31 de Dezembro de 2020	2,728	1,319	5,925	757	4,855	-	15,584
Valor contabilístico em 31 de Dezembro de 2020	160,969	35,230	78,454	22,752	7,720	15,875	321,000

Em '000 MZN
Em 31 de Dezembro de 2019

	Obras em edifícios arrendados	Instalações e equipamento	Material informático	Mobiliários e utensílios	Veículos a motor	Activos em curso	Total
Valor contabilístico em 1 de Janeiro de 2019	-	-	-	-	-	-	-
Adições	-	23	733	16	10,395	134,122	145,289
Valor bruto em 31 de Dezembro de 2019	-	23	733	16	10,395	134,122	145,289
Depreciações acumuladas em 1 de Janeiro de 2019	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos	-	0	15	0	2,166	-	2,181
Depreciações acumuladas em 31 de Dezembro de 2019	-	0	15	0	2,166	-	2,181
Valor contabilístico em 31 de Dezembro de 2019	-	23	717	16	8,229	134,122	143,108

Nota 18 Direito de Uso de Activos

Em '000 MZN

Custo de aquisição	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Saldo a 1 de Janeiro de 2020	-	-
Adições	327,656	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2020	327,656	-
Depreciações	-	-
Adições	24,656	-
Depreciações acumuladas em 31 de Dezembro de 2020	24,656	-
Valor contabilístico do Direito de uso	303,000	-

Valores reconhecidos nas demonstrações de resultados	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Encargos com juros	7,720	-
Depreciações	24,656	-
Custo total do exercício com os direitos de uso	32,376	-

O contrato mais significativo do Banco é por um período de 10 anos (Sede) relativamente ao qual houve um pagamento antecipado equivalente a 5 anos de rendas.

Nota 19 Activos intangíveis

O movimento na rubrica de activos intangíveis foi o seguinte:

Em '000 MZN

	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Software		
Total de custos de aquisição em 1 de Janeiro de 2020	39,449	-
Adições	2,849	-
Trabalhos em curso	146,783	39,449
Total de custos de aquisições em 31 de Dezembro de 2020	189,081	39,449
Depreciações acumuladas em 1 de Janeiro de 2020	-	-
Depreciações do exercício	317	-
Depreciações em 31 de Dezembro de 2020	317	-
Valor contabilístico em 31 de Dezembro de 2020	188,764	39,449

Nos trabalhos em curso encontram-se os seguintes projectos:

- Internet e Mobile banking (Serviços bancários online e móvel) – Concluída a fase I e alguns serviços da fase II. Os testes estão em curso nas fases I e II;
- Facebook banking – Aguarda a aprovação do Banco Central para iniciar o projecto-piloto de transacções;
- Flexcube – Projecto concluído e entregue nos seus principais módulos. O Banco começou a usar o sistema, mas ainda aguarda que o fornecedor inclua algumas funcionalidades regulamentares solicitadas nos documentos de requisitos comerciais apresentados;
- ERP Dynamics – Projecto entregue, porém, a maior parte dos módulos ainda não está a funcionar correctamente. Solicitou-se ao fornecedor que execute manutenções correctivas;
- Finstat e MPR – Projecto entregue, o Banco passou a executar relatórios Finstat, porém a aplicação MPR ainda não está a funcionar em todos os seus módulos. O fornecedor foi solicitado a intervir e outras manutenções estão a ocorrer;

Nota 20 Depósitos de clientes

Os depósitos de clientes incluem depósitos à ordem, depósitos de poupança e depósitos a prazo. A tabela seguinte mostra uma distribuição por grupo de clientes:

Em '000 MZN

Responsabilidades para com os clientes	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Contas correntes	81 431	-
- Particulares	37 308	-
- Empresas	44 123	-
Contas poupança	127	-
- Particulares	127	-
- Empresas	-	-
Contas de depósito a prazo	62 857	-
- Particulares	58 356	-
- Empresas	4 501	-
Total	144 415	-

Em 2019 o Banco não possuía depósitos de clientes o que se justifica pelo facto de ter iniciado as suas operações bancárias no último trimestre de 2020.

Nota 21- Outros passivos

Outros passivos apresentam-se da seguinte forma:

Em '000 MZN

	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Credores	172,638	112,464
Acréscimos	14,113	-
Passivos de locação	123,481	-
Impostos	4,302	510
Total	314,534	112,973

O passivo de locação surge como resultado da implementação da NIRF 16. O prazo máximo deste passivo é de 10 anos e foi registado tendo por base uma taxa de desconto de 10,25%. Os passivos de locação são compostos pelos edifícios arrendados da sede, agência e apartamentos.

Na rubrica de credores, a parte significativa é o passivo com o grupo decorrente do pagamento antecipado efectuado pelo Access Bank PLC em nome da subsidiária para o processo de incorporação.

Nota 22 Capital social

Durante o ano, a estrutura accionista foi a seguinte:

Em '000 MZN

Capital social em 31 de Dezembro de 2020	Número de acções	Volume de participação	Montante
Access Bank Plc	2,449,804	99,992%	2,449,804
Herbert Wigwe	98	0,004%	98
Obinna Nwosu	98	0,004%	98
Total do Capital Social	2,450,000	100%	2,450,000
Capital social em 31 de Dezembro de 2019			
Access Bank Plc	2,449,804	99,992%	2,449,804
Herbert Wigwe	98	0,004%	98
Obinna Nwosu	98	0,004%	98
Total do Capital Social	2,450,000	100%	2,450,000

Nota 23 Partes relacionadas

O Banco é 99,992% detido pelo Access Bank Plc, com sede na Nigéria. Existem dois accionistas minoritários que detêm 0,008%.

No decurso das suas actividades, são efectuadas operações nas contas correntes e de compra e venda de moeda estrangeira o accionista maioritário e outras empresas do grupo utilizando taxas de juro em conformidade com o mercado. Os saldos relevantes encontram-se em baixo:

a) Outros saldos com partes relacionadas

Em '000 MZN

	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Caixa e equivalentes de caixa	637,193	-
Outros passivos	(114,180)	(79,669)
Saldo Líquido em aberto com partes relacionadas	523,013	(79,669)

Os adiantamentos a empresas controladas por administradores ou suas famílias e os empréstimos ao pessoal-chave da administração do Grupo são normalmente reportados em empréstimos e adiantamentos a clientes.

b) Crédito a partes relacionadas

Em '000 MZN

	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Saldo inicial	-	-
Movimentos durante o exercício	22,269	-
Juros a receber sobre créditos	56	-
Saldo final	22,325	-

c) Depósitos de partes relacionadas

Em '000 MZN

	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Saldo inicial	-	-
Movimentos durante o exercício	3,910	-
Saldo final	3,910	-

d) Remuneração dos directores

Em '000 MZN

	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Salários	37,078	-
Subsídios	36,222	-
Total de Remunerações aos directores	73,300	-

Nota 24 Justo valor

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros avaliados através de técnicas de avaliação e agrupados do nível 1 ao 3:

Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados com base em preços cotados (não incluídos) ajustados por passivos idênticos ou passivos em mercados activos;

Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados com dados não relativos a preços cotados, conforme descrito acima para o Nível 1, mas que são observáveis para os activos ou passivos, quer directamente (ou seja, preços) quer indirectamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados a partir de técnicas de avaliação que incluem dados para o activo ou passivo que não se baseiam em dados observáveis no mercado (dados não observáveis). Inclui dados baseados em pressupostos do próprio Banco aplicados por outros participantes do mercado na valorização dos activos similares.

Em '000 MZN

Activos Financeiros	Categoria	Valor	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e disponibilidade em Bancos	AFV	1,122,455	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos à Bancos	LaR	637,193	-	-	-
Billhetes de Tesouro	AC	98,638	-	98,638	-
Empréstimos e adiantamentos à clientes	LaR	41,073	-	-	-
Outros activos	LaR	18,999	-	-	-
Total		1,918,358	-	98,638	-

Activos FinanceirosC	ategoria	Valor	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos Financeiros	AC				
Deposito de clientes	AC	144,415	--	-	-
Outros Passivos		296,119	-	-	-
Total		440,533	-	-	-

Categorias: CA - custo amortizado, JVAORI - justo valor através do outro rendimento integral

Nota 25 - Gestão de riscos

25.1. Gestão do perfil de risco global do Banco

A gestão de risco é um processo, realizado conjuntamente pelo Conselho de Administração, Gerência e demais colaboradores do Banco, e é aplicado na definição da estratégia em todas as operações do Banco, concebido para identificar potenciais eventos que possam afectar o Banco, garantir que as exposições ao risco do Banco estejam dentro dos parâmetros definidos e oferecer garantia razoável quanto ao cumprimento dos objectivos do Banco.

A gestão de risco considera as actividades a todos os níveis do Banco, no sentido de proporcionar orientações adequadas a todos os accionistas para garantir que as acções do Banco sejam consistentes com a necessidade de fazer face aos desafios competitivos e estejam em conformidade com os requisitos regulamentares, ao mesmo tempo reduzindo a exposição do Banco aos riscos diários inerentes às suas actividades.

Os processos em vigor no Banco são capazes de:

- estabelecer a cultura de risco do Banco e considerar todos os demais aspectos da operação que possam afectar sua cultura de risco;
- estabelecer uma filosofia relativa à gestão de riscos que reconheça eventos inesperados e esperados;
- identificar e definir toda a gama de riscos que enfrenta;
- avaliar, mensurar e quantificar os riscos;
- desenvolver técnicas de mitigação, controlo e monitoria de riscos; e
- cumprir os requisitos regulamentares locais e internacionais com relação às práticas de gestão de risco.

Estrutura da gestão de risco

A estrutura da gestão de risco do Banco incorpora a participação efectiva do Conselho de Administração e quadros superiores de

gestão em diferentes níveis para desempenharem funções de supervisão e garantirem um ambiente adequado de gestão de risco. O Conselho de Administração exerce a sua supervisão da gestão de risco como um todo e também através do Comité de Gestão de Risco do Conselho de Administração Executivo, Comité de Crédito do Conselho de Administração, Comités de Gestão de Risco e departamento de gestão de risco. O Conselho de Administração articula o grau de risco que o Banco está disposto a aceitar no decurso normal das actividades (apetite de risco) e define o perfil de risco global para o Banco.

A de gestão de risco compreende um conjunto abrangente de políticas, normas, procedimentos e processos que visam identificar, mensurar, monitorar, mitigar e reportar as exposições significativas a riscos de forma consistente e eficaz em todo o Banco.

A Administração através do Comité de Crédito de Gestão (MCC), Comité de Activos e Passivos (ALCO), Comités de Gestão dos Riscos Corporativos (ERMC), Comité de Gestão de Risco Operacional (ORMC) garante a execução de todas as directivas do Conselho de Administração relativas à gestão de risco.

25.2. Gestão de capital

Objectivos

De modo geral, o Banco não pode assumir mais riscos do que é capaz. Existem, por isso, limites especificados para todos os tipos de riscos e um modelo de capacidade de assunção de riscos, que estipula que o capital económico predefinido de nível I mais II deve estar disponível para cobrir perdas potenciais.

A gestão de capital do Banco tem os seguintes objectivos:

- garantir que o Banco possui o volume e qualidade de capital suficiente para fazer face às (potenciais) perdas decorrentes de diversos riscos, mesmo em circunstâncias extremas;
- respeitar integralmente os requisitos de capital externo;
- manter o nível mínimo de capital regulamentar;
- atender aos requisitos mínimos de solvabilidade definidos internamente;
- salvaguardar a capacidade do Banco de prosseguir as suas actividades, de forma a continuar a proporcionar retorno para os accionistas e benefícios para outros accionistas;
- permitir que o Banco implemente seus planos de crescimento contínuo e ao mesmo tempo siga sua estratégia comercial.

Conformidade com os requisitos de capital externo e interno
Os requisitos de capital mínimo externo são impostos e monitorados pelo Banco Central que exige a manutenção de um rácio de solvabilidade mínimo de 12%. Os accionistas definiram o requisito de capital mínimo interno a um rácio de solvabilidade mínimo de 20%.

Durante o período de relato, o Banco cumpriu o rácio de solvabilidade definidos tanto pelo regulador como por normas mínimas estabelecidas internamente. Para garantir que os objectivos acima definidos são alcançados em qualquer momento, o Banco usa o rácio de solvabilidade como indicador. O Banco divide seu capital regulamentar em capital de Nível I e capital de Nível II para monitorar a solvabilidade.

Cálculo do Rácio de Adequação de Capital:

Em '000 MZN

	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Capital Social	2,450,000	2,450,000
Resultados transitados	(121,189)	(8,884)
Insuficiência de provisões	(820)	-
Activos intagíveis	(188,764)	(39,449)
Capital Nível I	2,139,227	2,401,667
0,0125% do Risco de crédito	32	275
Capital Nível II	32	275
Total do capital Regulamentar	2,139,258	2,401,942
Risco de crédito - Activos do balanço	253,081	2,199,199
Risco de mercado	1,655,013	-
Risco operacional	1,825	-
Total do Risco de Crédito	1,909,919	2,068,035
Rácio de Solvabilidade Global	112%	116%

25.3. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de perdas financeiras incorridas pelo Banco caso um dos seus clientes ou outra entidade falhe no cumprimento das suas obrigações.

Uma vez que, o Banco iniciou as suas actividades no último trimestre do ano e o crédito a clientes é apenas a colaboradores, o risco de crédito, a 31 de Dezembro de 2020, não é considerado elevado. No entanto, espera-se que esta situação mude durante 2021 pelo que, se espera que seguintes políticas e procedimentos estarão em vigor para avaliar o risco.

O processo de crédito do Banco começa com o planeamento da carteira e identificação dos mercados-alvo. Nos mercados-alvo identificados, os créditos são iniciados por gestores de clientes. Os créditos propostos estão sujeitos a revisão e aprovação de acordo com os níveis de aprovação de crédito aplicáveis. Após aprovações apropriadas, os créditos são desembolsados aos beneficiários.

Monitoria e manutenção do crédito a clientes

Uma vez aprovada a transacção de crédito, o Banco estabelece processos para monitorar a exposição ao risco e mantê-la em níveis aceitáveis. Estes processos de gestão de risco incluem:

- controlo da documentação e desembolso;
- monitoria do reembolso atempado;
- controlo e avaliação de garantias;
- revisão da situação de uma exposição;
- revisão anual de todas as transacções, mutuários, indústrias, produtos, programas de crédito, etc.
- revisão mensal do contrato – examinar as demonstrações financeiras do mutuário e garantir que o mutuário esteja a cumprir todas as obrigações de acordo com os critérios e documentos do crédito.

Reconhecimento antecipado do problema

Antecipação, detecção precoce e comunicação atempada de possíveis problemas são as chaves para identificar e gerir exposições problemáticas com sucesso. O objectivo é reconhecer problemas/fraquezas enquanto existem alternativas adequadas de acção. As responsabilidades individuais para monitorar a exposição ao risco são claramente definidas. Para antecipar problemas, o Banco coloca questões "E se...?" ao conduzir a iniciação de crédito. Na maioria das contas problemáticas, memorandos de crédito classificados (CCMs) serão gerados regularmente. Estes relatórios contêm indicadores-chave de desempenho, incluindo:

- obrigações vencidas;
- documentação legal do cliente incompleta, se aplicável;
- estratégia de recuperação de crédito ou para posterior desconhecimento;
- informações sobre a quantidade total de transacções e perda potencial por cliente, sector, indústria.

Classificação:

A classificação dos activos estará em conformidade com as directrizes prudenciais que se encontram se seguida:

- classe I – Crédito vivo;
- classe II – Crédito com vencido até 90 dias;
- Classe III – Crédito vencido entre 90 a 180 dias;
- Classe IV – Crédito duvidoso com vencido entre 180 a 360 dias;
- Classe V – Crédito muito duvidoso com vencido com mais de 360 dias.

Recuperação

A unidade de gestão de recuperação acompanha as exposições vencidas com o objectivo de maximizar as recuperações de créditos. Assim que o crédito é classificado como vencido inicia-se um processo de recuperação específico para o cliente. Os métodos de recuperação usados pelo Banco incluem:

- contacto/accompanhamento frequente com os devedores

através de cartas e contactos pessoais para recuperação normal, contactando o fiador se o crédito estiver coberto por uma garantia;

• acordo de compromisso/negociado: a redução do incumprimento pode ser alcançada através de uma estratégia de compromisso entre o devedor e o Banco com o objectivo de minimizar a perda. A abordagem do Banco é a de recuperar o máximo possível através da negociação e de compensação do empréstimo vencido. Os determinantes básicos dos acordos de compromisso são as causas de incumprimento, a necessidade de um compromisso, o processo de compromisso, os modos de reembolso e o valor realizável da garantia/título;

• penhor e compensação: o penhor pode ser exercido pelo Banco no caso de todos os títulos que venham a ser detidos pelo Banco no decurso das negociações com o cliente. Se o Banco tiver quaisquer depósitos no mesmo nome do devedor pode exercer o seu direito de compensação em relação ao endividamento do devedor;

• acção judicial: uma vez constatado que o devedor está a entrar em situação de incumprimento intencional, o Banco recorre aos procedimentos de recuperação legais adequados. O Banco cria sistemas e procedimentos adequados para garantir que a taxas do Banco são reconhecidas através de recursos legais;

• venda de garantias: sempre que existirem garantias disponíveis, em caso de incumprimento por parte do devedor, o Banco dispõe das garantias cobradas a seu favor. Antes da venda, o Banco dá um aviso razoável aos devedores para reembolsar o crédito, caso contrário as garantias detidas pelo Banco são executadas e vendidas. O processo de venda deve ser em leilão público ou através de quaisquer procedimentos previstos na lei do país.

Provisões para perda por imparidade de crédito vencido

O crédito vencido (NPL sigla inglesa) inclui todas as obrigações em situação de incumprimento:

- Qualquer linha de crédito classificada como duvidosa ou perda
- Qualquer linha de crédito classificada como vencido onde capital, juros ou outro tipo de pagamento está vencido há mais de 90 dias.

A imparidade tem por base um sistema duplo que combina a orientação de provisões de acordo com o Banco de Moçambique e a política de perda por imparidade de crédito das NIRF que está a ser desenvolvida com base no modelo de imparidade do Grupo que está de acordo com a NIRF 9.

Exposição máxima ao risco de crédito antes de garantias detidas ou outras melhorias da qualidade de crédito

As exposições ao risco de crédito relativas aos activos financeiros são as seguintes:

Em '000 MZN

	Dezembro 2020	Dezembro 2019
Caixa e equivalentes de caixa	1,122,455	242,585
Aplicações em Instituições de crédito	637,193	1,785,456
Investimentos em títulos	98,638-	-
Empréstimos e adiantamentos à clientes	41,073	-
Outros activos	18,999	9,294
Saldo a 31 de Dezembro 2020	1,918,358	2,037,335

O Access Bank Mozambique, à data de relato não detinha qualquer tipo de compromissos isto é, elementos extrapatrimoniais.

Concentração de riscos de activos financeiros com exposição ao risco de crédito

a) Sectores geográficos

Em '000 MZN

	SADC	Outros	Total
Caixa e equivalentes de caixa	1,122,455	-	1,122,455
Aplicações em Instituições de crédito	-	637,193	637,193
Investimentos em títulos	98,638	-	98,638
Crédito a clientes	41,073	-	41,073
Outros activos	18,999	-	18,999
Total à 31 de Dezembro de 2020	1,281,165	637,193	1,918,358

Nota: Os "Outros" estão localizados no Reino Unido e a Serra Leoa.

b) Sectores industriais

Sectores industriais em 31 de Dezembro de 2020:

Em '000 MZN

	Instituições Financeiras	Governo	Outros	Total
Caixa e equivalentes de caixa	1,759,648	-	-	1,759,648
Investimentos em títulos	637,193	98,638	-	98,638
Crédito a clientes	-	-	41,073	41,073
Outros activos	-	-	18,999	18,999
Total à 31 de Dezembro de 2020	1,759,648	98,638	98,638	1,918,358

Os títulos de investimentos são 100% compostos por Bilhetes do Tesouro com maturidade de 3 meses. O crédito a clientes é 100% composto por créditos dados aos funcionários do Banco conforme mencionado na Nota 13.

25.4. Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade de o Banco ser incapaz de obter o financiamento necessário, contrair empréstimos a taxas de juros ou de prazos de vencimento favoráveis, ou vender activos em tempo oportuno e a um preço razoável. É o risco de não conseguir vender activos num contexto de tensão do mercado sem incorrer em perdas significativas.

A gestão do risco de liquidez descrita abaixo foi desenvolvida de modo a garantir que o Banco não fique indevidamente exposto ao risco de liquidez e esteja em conformidade com os requisitos regulamentares e melhores práticas internacionais no que diz respeito à gestão do risco de liquidez.

A estrutura da gestão do risco de liquidez tem por base as responsabilidades do Conselho de Administração e dos quadros superiores de gestão e os processos e procedimentos de gestão do risco de liquidez do Banco.

Supervisão do Conselho de Administração
Cabe primordialmente o Conselho de Administração compreender o perfil de risco de liquidez do Banco e as ferramentas utilizadas para gerir o risco de liquidez.

Processo de gestão do risco de liquidez

a) Identificação do risco de liquidez

O plano de liquidez e financiamento inclui indicadores de alerta rápido de risco de liquidez para auxiliar na identificação imediata do risco

de liquidez no Banco. Os principais indicadores adoptados para identificação do risco de liquidez são:

- rápido crescimento de activos financiado por grandes depósitos voláteis;
- concentrações em activos ou passivos;
- deterioração da qualidade da carteira de crédito;
- tendência negativa ou aumento do risco em qualquer unidade de negócios ou linha de produtos;
- declínio no desempenho de ganhos ou projecções
- existência de exposições extrapatrimoniais significativas e
- deterioração da avaliação do Banco por parte de terceiros.

b) Mensuração do risco de liquidez

O Banco mensura seu risco de liquidez tendo por base:

- análises de fluxos de caixa que estimam o seu gap de financiamento de liquidez ao longo de um horizonte temporal, bem como rácios e limites de liquidez;
- análises de fluxos de entradas e saídas de caixa calculados e mapeados numa escala de prazos de maturidade, ou seja, MCO (Maximum Cumulative Outflow), que dá origem a um relatório sobre o gap comportamental da necessidade de financiamento do Banco;
- Cálculo diário do gap de financiamento para as próximas 2 semanas e o gap mensal para os próximos seis meses ou um ano e trimestralmente a partir de então;
- A metodologia do Valor em Risco (VaR) para apurar as exposições ao risco;

- uma variedade de rácios e limites para quantificar o risco de liquidez. Os limites são definidos para os seguintes indicadores de risco de liquidez:

- Total de empréstimos/total de depósitos
- Total de empréstimos/total de capital próprio
- Fundos contraídos para total de activos
- depósitos significativos para total de depósitos
- Activo líquido/total de depósitos

- composição de activos e passivos.
- diversificação e sensibilidade de passivos.

A tabela a seguir mostra os fluxos de caixa dos instrumentos financeiros de acordo com suas maturidades contratuais remanescentes.

A maturidade contratual remanescente é definida como o período entre a data do balanço e a data de execução contratualmente acordada do activo ou passivo, ou a data de vencimento de um pagamento parcial nos termos do contrato de um activo ou passivo.

c) Estratégia de liquidez

O departamento de gestão de risco e a tesouraria, em conjunto com o ALCO recomendam uma estratégia geral de liquidez, ou seja, o Plano de Liquidez e Financiamento (LFP) do Banco. A estratégia que está documentada numa circular anual delinea:

Em '000 MZN
Em 31 Dezembro de 2020:

Passivos	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Acima de 5 anos	Livre de juros	Total
Recursos de clientes	111 100	15 951	17 364	-	-	-	144 415
Outros Passivos	172 638	-	-	-	123 481	-	296 119
Total passivos financeiros	111 100	15 951	17 364	-	-	-	440 533
Activos							
Caixa e equivalentes de Caixa	-	-	-	-	-	1 122 455	1 122 455
Investimentos em títulos	-	98 638	-	-	-	-	98 638
Aplicações em Instituições de crédito	637 193	-	-	-	-	-	637 193
Crédito a clientes	142	-	240	11 705	28 986	-	41 073
Outros activos	18 999	-	-	-	-	-	18 999
Total dos activos	142	98 638	240	11 705	28 986	-	1 918 358
Activos detidos para gestão de risco de liquidez	(110 958)	82 687	(17 124)	11 705	28 986	-	1 477 824

25.5. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de perda financeira devido a movimentos adversos do mercado, afectando o valor de um instrumento financeiro ou carteira, devido a mudanças adversas de variáveis de mercado, como taxas de câmbio, taxas de juros, preços de acções e de commodities. O risco de mercado do Access Bank é mensurado como a soma de todos os instrumentos financeiros do Banco e as exposições em moeda estrangeira.

O objectivo da gestão do risco de mercado do Banco é garantir que todos os riscos de mercado significativos sejam identificados, mensurados, avaliados, priorizados, geridos, monitorados e tratados de forma consistente e eficaz em todo o Banco, a fim de estabilizar os lucros e o capital sob uma ampla gama de condições de mercado. O Conselho de Administração articula declarações de apetite de risco de mercado tendo por base a política de gestão de risco de mercado, enquanto o gestor de risco, juntamente com a unidade de risco de mercado e a tesouraria, garantem a implementação das directrizes da política dada pelo Conselho de Administração.

A unidade de risco de mercado sob a supervisão do gestor de risco desempenha uma função de coordenação, agregação, facilitação e

habilitação. Define padrões de gestão de risco de mercado, desenvolve e distribui ferramentas, técnicas, metodologias, linguagem comum de risco, níveis de risco, análise, relatórios, comunicação e formação. O director de risco de mercado do Banco, ALCO e o Administrador executivo recomendam para aprovação por parte do Conselho de Administração os vários limites de risco e planos de contingência de liquidez para o Banco e trabalham em estreita colaboração com o tesoureiro para garantir a adesão.

A gestão de risco monitora constantemente as exposições ao risco de mercado e garante que sejam mantidas dentro de níveis prudentiais em todos os momentos. A unidade de risco de mercado também trabalha em estreita colaboração com o director de risco operacional para garantir que todos os controlos recomendados sobre as funções de operações de tesouraria sejam rigorosamente cumpridos.

O ALCO é responsável pela supervisão e gestão do risco de mercado do Banco. Os membros do ALCO reúnem-se quinzenalmente e, com mais frequência se necessário dadas as condições de mercado, para rever a liquidez do Banco e as necessidades de financiamento, a estrutura e o preço dos activos e passivos do Banco e o risco de

mercado envolvido em novos produtos. O comité articula a visão da taxa de juro do Banco e decide sobre o perfil de maturidade necessário e a combinação de activos e passivos incrementais.

a) Âmbito da gestão de risco de mercado

O risco de mercado é definido como o impacto potencial de alterações nas condições de mercado sobre o valor das carteiras de negociação e até à maturidade, resultando numa perda para o Banco. O risco de mercado de posições de negociação é definido como a mudança potencial no valor económico actual de uma posição (ou seja, seu valor de mercado) devido a mudanças nos factores de risco de mercado subjacentes associados (por exemplo, taxas de FX, taxa de juros).

O risco de mercado das carteiras detidas até à maturidade é definido como o impacto potencial das alterações do mercado, em particular das alterações dos factores de risco do mercado, sobre as receitas de juros do Banco. O foco principal da gestão de risco de mercado é o risco da taxa de juro, ou seja, o risco de um impacto adverso sobre os resultados de uma mudança nas taxas de juros. A taxa de juro pode ocorrer quando activos e passivos (incluindo capital):

- possuírem diferentes maturidades
- reavaliarem o preço em momentos diferentes
- reavaliarem o preço com base em diferentes curvas de rendimento (risco de base)
- possuírem opções embutidas

b) Identificação de risco de mercado

A tesouraria mantém intervalos para registar movimentos e posições de balanço dos instrumentos negociados. O Banco identifica o risco de mercado através da monitoria diária dos níveis e saldos de lucros e perdas das posições de negociação e não negociação. O controlo interno efectuado pela gestão de riscos, monitora as

actividades diárias de negociação para garantir que as exposições ao risco assumidas estejam dentro dos limites de preço aprovados e dos níveis globais de tolerância ao risco definidos pelo Conselho de Administração. Também acompanha os indicadores de liquidez para garantir que o Banco cumpra sempre as suas obrigações financeiras.

c) Mensuração de risco de mercado

O Banco posições líquidas para mensurar sua exposição ao risco de taxa de juros. Através desta análise, o Banco compara os valores dos activos sensíveis à taxa de juros e passivos sensíveis à taxa de juro que atingem a maturidade ou a reavaliação de preços em vários períodos de tempo no futuro. Uma diferença sensível à taxa de juro é positiva quando o valor dos activos de taxa de juro excede o valor dos passivos sensíveis à taxa de juro que atingem a maturidade ou a reavaliação de preços dentro de um determinado período de tempo. É negativo quando o valor dos passivos sensíveis à taxa de juros excede o valor dos activos sensíveis à taxa de juro que atingem a maturidade ou a reavaliação de preços dentro de um determinado período. Uma instituição com uma posição líquida positiva espera que os rendimentos líquidos com juros aumentem com o aumento das taxas de juro do mercado e diminua com taxas de juro do mercado em queda. O risco cambial é mensurado através da conta de ganhos e perdas, enquanto o risco de liquidez é mensurado pela diversificação das fontes e prazo de vencimento dos depósitos.

d) Monitoria e controlo de risco de mercado

O tesoureiro do Banco controla o risco da taxa de juros através de análises diárias, semanais e mensais da estrutura e avaliação de preços de activos e passivos. O tesoureiro analisa o impacto de eventos improváveis, mas não impossíveis, através de uma análise de cenário, que permite à Administração obter um melhor entendimento dos riscos que enfrenta em condições extremas. Ambos os eventos históricos e previstos são testados.

25.5.1 Risco cambial

O Banco assume a exposição aos efeitos de flutuações das taxas de câmbio de moeda estrangeira prevalecentes sobre a sua posição financeira e fluxos de caixa. O Banco estabelece limites ao nível de exposição por moeda e no total, para as posições overnight e intra-day, que são monitoradas diariamente.

A tabela abaixo resume a exposição do Banco ao risco de taxa de câmbio de moeda estrangeira em 31 de Dezembro de 2020. Na tabela seguinte, encontram-se os instrumentos financeiros do Banco ao valor contabilístico, categorizados por moeda.

Em '000 MZN

Ativos	USD	Metical	Total
Caixa e equivalentes de caixa	1,018,280	104,175	1,122,455
Aplicações em Instituições de crédito	637,193	-	637,193
Títulos de investimento	-	98,638	98,638
Crédito a clientes	-	41,073	41,073
Outros activos	-	18,999	18,999
Total de activos financeiros	1,655,473	262,885	1,918,358
Passivos			
Recursos de clientes	2,421	141,993	144,415
Outros Passivos	162,032	134,086	296,119
Total passivos financeiros	164,454	276,079	440,533
Posição financeira líquida no balanço	1,491,019	(13,195)	1,477,824

Análise de sensibilidade às taxas de câmbio.

O Banco assume a exposição aos efeitos das flutuações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras prevalecentes sobre a sua posição financeira e fluxos de caixa. O Conselho de Administração define limites sobre o nível de exposição por moeda e em agregado, para overnight e intra-day.

A tabela abaixo mostra a análise de sensibilidade taxas de câmbio:

Em '000 MZN

	Dezembro 2020	+ 3bp	- 3bp
Activos	1,018,280	1,048,828	987,732
Caixa e equivalentes de caixa	637,193	656,309	618,077
Aplicações em instituições de crédito	1,655,473	1,705,137	1,605,809
Total de activos financeiros			
Passivos			
Recurso de clientes	2,421	2,494	2,349
Outros passivos	162,032	166,893	157,171
Total de passivos financeiros	164,454	169,387	159,520
Posição financeira líquida no balanço	1,491,019	1,535,750	1,446,289
Efeito nos proveitos			
Alteração na taxa de juro por '+3bp; -3bp		44,731	(44,731)
Impacto em % sobre o resultado do exercício		3706%	-3706%

29.5.2 Risco de Taxa de Juros

O principal indicador de risco da taxa de juros do Banco mensura o impacto das mudanças nas taxas de juros em todos os elementos patrimoniais ou extrapatrimoniais sensíveis às taxas de juros. O indicador quantifica a perda de valor do banco que resultaria de uma mudança repentina das taxas de juros.

O risco de taxa de juros decorre de diferenças estruturais entre as maturidades dos activos e dos passivos. A abordagem do Banco para mensurar e gerir o risco de taxa de juro é orientada pela política de risco de taxa de juro do grupo.

Um resumo da posição da diferença da taxa de juros do Banco é o seguinte:

Em '000 MZN
Em 31 Dezembro de 2020:

Activos	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	Acima de 1 anos	Sem juros	Total
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações em						
Instituições de crédito	637,193	-	-	-	1,122,455	1,759,648
Títulos de investimento	-	98,638	-	-	-	98,638
Crédito a clientes	-	-	-	-	41,073	41,073
Outros activos	-	-	-	-	18,999	18,999
Total de activos	637,193	98,638	-	-	1,182,527	1,918,358
Passivos e fundos próprios						
Recursos de clientes	16,182	6,129	40,546	-	81,557	144,414
Outros passivos	-	-	-	-	296,119	296,119
Total de passivos	16,182	6,129	40,546	-	377,676	440,534
Posição líquida em 31 de Dezembro de 2020	621,011	92,509	(40,546)	-	804,850	1,477,824

Um ambiente de descida das taxas de juro pode representar um risco significativo para os rendimentos líquidos de juros do Banco, mostrando que um aumento de 300 pb nas taxas de juro implicaria uma redução de 21,42% (1.069 mil Meticaís) nos rendimentos líquidos com juros.

25.6. Risco operacional

O Banco define risco operacional como o risco para ganhos e capital resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou com falhas, ou de eventos externos. A definição inclui risco legal, mas exclui riscos estratégicos e de reputação. O Banco alocou recursos significativos para desenvolver uma cultura de "consciência do risco" e para garantir que todos os riscos operacionais significativos são identificados, mensurados, avaliados, priorizados, geridos, monitorados e tratados de forma consistente e eficiente. Desenvolveu uma política de risco operacional e diversos manuais operacionais com controlos de melhores práticas para gerir e mitigar a exposição ao risco, que garantem também a sua implementação

O Comité de Gestão de Risco do Conselho de Administração coordena, facilita e supervisiona a eficácia e integridade da gestão de risco operacional do Banco. Monitora a adequação dos controlos, o cumprimento das políticas de risco operacional e o perfil global de risco tendo por base apetite ao risco definido. O controlo interno e a auditoria interna monitoram a eficácia dos processos, testam controlos, validam informações de risco e identificam acções correctivas. A gestão do risco operacional é baseada no processo de Auto-avaliação de Riscos e Controlo (RCSA). O processo de RCSA é constituído pelos seguintes passos:

- documentação das actividades de cada negócio/função no Banco
- identificação e avaliação dos principais riscos operacionais
- identificação dos controlos-chave
- avaliação e classificação dos controlos-chave em relação a riscos significativos
- estabelecimento dos indicadores-chave de risco
- comunicação dos resultados da RCSA

O Banco utiliza o Process Maker como uma aplicação de gestão de risco operacional para realizar suas auto-avaliações de risco e controlo. O software compreende:

- um questionário de controlo a ser respondido pelos utilizadores finais, a fim de avaliar o risco de perdas associadas a aspectos específicos das suas operações
- um sistema de gestão de diário para garantir que as tarefas associadas à minimização de riscos sejam registadas e monitoradas
- um sistema de alerta por e-mail para garantir que o utilizador atribuído a uma tarefa de minimização de risco tenha um aviso prévio para concluir a tarefa
- a aplicação também permite a recolha, análise e reporte de dados de eventos de perda operacional a nível dos negócios por unidades de negócios de categorias definidas a nível de Basileia II são, portanto, capazes de monitorar as principais exposições ao risco operacional e suas causas subjacentes em relação aos limites definidos pelo Banco.

Identificação do risco operacional

A função de gestão do risco operacional em conjunto com as unidades de negócios e os proprietários dos processos identificam e avaliam o risco operacional inerente a todos os produtos, actividades, processos e sistemas materiais do Banco. O processo de

identificação deve especificar a natureza e os tipos de risco operacional, suas causas e provável impacto sobre o Banco.

O processo de identificação emprega uma combinação das seguintes técnicas:

- auto-avaliação de riscos e controlos;
- análise do processo e
- indicadores-chave de risco.

Fontes adicionais para a identificação do risco operacional incluem experiências reais de perdas internas, dados externos (quando relevantes e disponíveis), análise de cenários e resultados de auditoria interna e externa.

Os principais riscos operacionais são derivados de uma avaliação crítica dos riscos significativos identificados através de RCSA, bem como outros factores relevantes de base que incluem eventos externos, dados de perda operacional e análise de cenários.

O Banco classifica o risco operacional em sete categorias de eventos de perda com base na sua causa principal: fraude interna, fraude externa, práticas de emprego e segurança no trabalho, litígios com clientes, danos associados a activos físicos, interrupções dos negócios e falhas do sistema, bem como execução, entrega e gestão de processos.

Mensuração do risco operacional

Os responsáveis do risco operacional em cada unidade de negócios garantem que todos os eventos de risco operacional são registados e reportados aos níveis de gestão apropriados. Os eventos de perda interna são categorizados em: incidente de perda real que resultou numa perda financeira, perda potencial (um incidente que foi descoberto e que pode ou não resultar numa perda financeira) e eventos em falta. Um evento de quase acidente é um incidente que foi descoberto por outros meios que não as práticas normais de funcionamento e que, após gestão adequada, não resultou em perda ou ganho.

Monitoria e controlo de risco operacional

O Banco monitora o risco operacional através de Auto-avaliações de Riscos e Controlo (RCSA), rastreamento de dados de perdas internas e monitoria de Indicadores-chave de Risco (KRI). Envolve, trimestralmente, cada unidade de negócios identificando e avaliando de forma proactiva suas exposições significativas a riscos operacionais e os controlos em vigor para gerir esses riscos.

Os planos de acção correctiva são formulados para abordar quaisquer áreas de fraqueza onde os controlos-chave de risco estão ausentes, são inadequados ou ineficazes. O plano de acção correctiva inclui um calendário de execução e a identificação dos gestores responsáveis pela sua implementação em tempo útil. A gestão de risco operacional utiliza a ferramenta Process Maker para assegurar que todas as acções correctivas são eficazes, concluídas de forma expedita e reportadas regularmente ao Conselho de Administração.

Avaliação do Capital

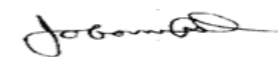
O Banco adoptou a "Método do Indicador Básico" nos termos do Acordo de Basileia II para mensurar o montante de capital que deve ser reservado para absorver as perdas esperadas e para proteger a instituição contra perdas que possam ocorrer no decurso normal da actividade.

Nota 26 - Eventos subsequentes

O Access Bank Mozambique celebrou um acordo de compra e venda com o Atlas Mara para adquirir 100% da sua participação no African Banking Corporation (Moçambique), SA (Banco ABC). O acordo de compra e venda foi assinado pelas partes em 29 de Setembro de 2020. Posteriormente, foi solicitada a aprovação do Banco de Moçambique, a qual foi obtida em 18 de Fevereiro de 2021. Neste momento, o Access Bank e o Banco ABC estão a concluir todos os termos e condições precedentes antes do encerramento da operação do Banco ABC e será submetido ao Banco de Moçambique outro pedido de fusão das entidades. Espera-se que a fusão ocorra durante o primeiro semestre de 2021.



Marco Albaroado
Administrador Delegado



Gregory Ovie Jobome
Presidente do Conselho de Administração

atreve-te a sonhar

com o *Crédito Funcionário Público* do Access Bank já podes realizar os teus sonhos.

Mais informações e benefícios:

- ✓ Financiamentos disponíveis apenas para funcionários públicos
- ✓ Empréstimos até 2,000,000 MZN
- ✓ Prazos até 6 anos

* Termos e condições aplicáveis.

Para mais informações dirige-te à agência ou liga para 800 724 724 ou envia um e-mail para: contactcenter.moz@accessbankplc.com



<https://mozambique.accessbankplc.com>

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO III (ACTIVO)

Balanco - Contas Individuais (Activo)

Código de contas	Activo	2020			2019	
		Valor antes de Provisões, Imparidade e Amortizações	Provisões, Imparidade e Amortizações	Activo Líquido	Activo Líquido	
10+3300	1. Caixa e disponibilidades em bancos centrais	98 088		98 088		119 533
11+3301	2. Disponibilidades em outras instituições de crédito	1 024 367		1 024 367		123 052
153 (1)+158 (1)+16	3. Activos Financeiros Detidos para negociacao	100 000		100 000		-
153 (1)+158 (1)+17	4. Outros Activos Financeiros ao Justo valor através de Resultados	-		-		-
154+158 (1)+18+34888 (1)-53888 (1)	5. Activos financeiros disponiveis para Venda.			-		-
13+150+158 (1)+159 (1)+3303+3310 (1)+3408 (1)-350-3550-5210 (1)-5300	Aplicacoes em Instituicoes de Crédito	637 193		637 193		1 785 456
14+151+152+158 (1)+3304+3310 (1)+34000+34008-3510-3518-35210-35211-5210 (1)-53010-53018	Créditos a clientes	41 073	-	41 073		-
156+158 (1)+159 (1)+22+3307+3310 (1)+3402-355-3524-5210 (1)-5303 (1)	Investimentos detidos até a maturidade	-		-		-
21	Derivados de Cobertura	-		-		-
25-3580	Activos nao correntes detidos para Venda	-		-		-
26-3581 (1)-360 (1)	Propriedade de Investimentos			-		-
27-3581 (1)-360 (1)	Outros Activos tangiveis	652 800	40 240	612 561		207 233
29-3583-361	Activos Intangiveis	200 520	317	200 204		191 825
24-357	Investimentos em filiais associadas e Empreendimentos conjuntos	-		-		-
300	Activos por Impostos correntes	-		-		-
301	Activos por Impostos diferidos	-		-		-
12+157+158 (1)+159 (1)+31+32+3302+3308+3310 (1)+338+3408 (1)+348 (1)-3584-3525+50 (1)(2)-5210 (1)-5304-5308 (1)+54 (1)(3)	Outros Activos	75 481		75 481		14 684
TOTAL DO ACTIVO		2 829 522	40 556	2 788 966		2 441 784

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO III (PASSIVO)

Balanco - Contas Individuais (Passivo)

Código de contas	Passivo	2020	2019
38-3311 (1)-3410+5200+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de Bancos Centrais	-	
43 (1)	Passivos Financeiros detidos para Negociação		
43 (1)	Outros passivos Financeiros ao Justo valor através de Resultados	-	
39-3311 (1)-3411+5201+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de outras Instituicoes de Créditos	-	
40+41-3311 (1)-3412-3413+5202+5203+5211 (1)+5310+5311	Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	144 415	-
42-3311 (1)-3414+5204+5211 (1)+5312	Responsabilidades representadas por Titulos	-	
44	Derivados de Cobertura	-	
45	Passivos nao correntes detidos para Venda e operações descontinuadas	-	
47	Provisões	-	
490	Passivos por Impostos correntes	-	
491	Passivos por impostos deferidos	-	
480+488+/-489 (1)-3311 (1)-3416 (1)+5206 (1)+5211 (1)+5314 (1)	Outros passivos Subordinados	-	
51-3311 (1)-3417-3418+50 (1)(2)+5207+5208+5211 (1)+528+538-5388+5318 (1)+54 (1)(3)	Outros Passivos	314 241	112 973
55	Capital	2 450 000	2 450 000
602	Premios de Emissão	-	-
57	Outros Instrumentos de Capital	-	-
-56	Accoes Proprias	-	-
58+59	Reservas de Reavaliação	-	-
60-602+61	Outras reservas e resultados transitados	(121 189)	(8 884)
64	Resultado do Exercício	1 207	(112 305)
TOTAL DO PASSIVO		2 788 673	2 441 784



a vida é feita de sonhos

e agora tens um banco que te ajuda a realizá-los

<http://mozambique.accessbankplc>






access mais que um banco

Anexo à Circular n° 3/SHC/2007

MODELO III

Demonstração de Resultados - Contas Individuais

Código de contas		2020	2019
79+80	Juros e Rendimentos Similares	13 141	12 213
66+67	Juros e Encargos Similares	8 165	0
	Margem Financeira	4 976	12 213
82	Rendimentos de Instrumentos de Capital	0	0
81	Rendimentos com serviços e Comissoes	41	0
68	Encargos com Serviços e Comissoes	0	0
-692-693-695 (1)-696 (1)-698-69900-69910+832+833+835 (1)+836 (1)+838+83900+83910	Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo valor através de Resultados	0	0
-694+834	Resultados de Activos Financeiros Disponiveis para Venda	0	0
-690+830	Resultados de Reavaliação Cambial	333 221	(2 117)
-691-697-699 (1)-725 (1)-726 (1)+831+837+839 (1)+843 (1)+844 (1)	Resultados de Alienação de Outros Activos	0	0
-695 (1)-696 (1)-69901-69911-75-720-721-725 (1)-726 (1)-728+835 (1)+836 (1)+83901+83911+840+843 (1)+844 (1)+848	Outros Resultados de Exploração	56	0
	Produto Bancario	333 318	(2 117)
70	Custo com Pessoal	179 155	69 340
71	Gastos Gerais Administrativos	119 088	50 879
77	Amortização do Exercício	38 375	2 181
784+785+786+788-884-885-886-888	Provisões Liquidadas de Reposicoes e Anulacoes	0	0
760+7610+7618+7620+76210+76211+7623+7624+762 5+7630+7631+765+766-870-8720-8710-8718-87210-8 7211-8723-8724-8726-8730-8731-875-876	Imparidade de Outros Activos Financeiros Liquidados de Reversoes e Recuperacoes	0	0
768+769 (1)-877-878	Imparidade de Outros Activos Liquida de reversoes e Recuperacoes	0	0
	Resultado Antes de Impostos	1 677	(112 305)
65	Impostos Correntes	0	0
74-86	Impostos Diferidos	470	0
640	Resultados após Impostos	1 207	(112 305)
-72600-7280+8480+84400	Do qual: Resultado Liquido após Impostos de Operacoes Descontinuadas	0	0
	Total	1207	(112 305)

a vida é feita de sonhos

e agora tens um banco que te ajuda a realizá-los

Um banco inovador, com todos os produtos e serviços financeiros desenhados por quem sabe o que precisas para alcançares os teus sonhos.

Para mais informações dirige-te à agência sede ou liga para 800724724 ou envia e-mail para contactcenter.moz@accessbankplc.com

<http://mozambique.accessbankplc.com>

mais que um banco

Access Bank Mozambique

Telefone: 800724724

Website: mozambique.accessbankplc.com

Endereço: Rua dos Desportistas N-480,

Edifício Maputo Business Tower (MBT), 18 Andar.

